

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Melissa Alves Camargo

CALMA, RESPIRA, ESCUTA O SEU CORAÇÃO: CONDIÇÕES DE TRABALHO E A
INTERAÇÃO ENTRE ADULTO E CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO SETOR
PRIVADO

Sorocaba

2025

Melissa Alves Camargo

CALMA, RESPIRA, ESCUTA O SEU CORAÇÃO: CONDIÇÕES DE TRABALHO E A
INTERAÇÃO ENTRE ADULTO E CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO SETOR
PRIVADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal de São Carlos campus
Sorocaba, para obtenção do título de licenciada
em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Maria Walburga dos
Santos

Coorientação: Profa. Me. Gabriela Aceituno

Sorocaba

2025

Este trabalho é dedicado a todas as educadoras que já se sentiram desvalorizadas na educação infantil privada, e às crianças, que de alguma forma, foram afetadas.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar eu agradeço a todos da minha família que me deram apoio nessa jornada, desde os conselhos do meu pai e da minha mãe, os parabéns que meu irmão me deu, as caronas que meu avô ofereceu, as felicitações dadas pelas minhas avós a cada conquista e ao apoio incondicional do meu companheiro de vida, Caio.

Agradeço imensamente aos meus amigos Bruno, Carina, Gustavo, Ingrid e Natasha, alguns deles foram grandes reencontros e outros foram gratas surpresas, e todos sempre estiveram junto comigo em alguma disciplina, graças a eles as aulas mais monótonas se tornavam as mais interessantes.

Também sou grata a todo o caminho que trilhei na educação até aqui, mesmo nas partes mais sinuosas conquistei muito conhecimento e experiência além de cultivar um grande amor pela primeira infância e construir amizades preciosas que me fizeram vencer os dias mais difíceis, e a elas eu agradeço do fundo do meu coração.

Agradeço também à professora que me orientou durante grande parte do meu processo de escrita deste trabalho, Maria Walburga, e quando não pôde fazer, me deixou muito bem amparada pela Gabriela Aceituno, e a elas eu agradeço infinitamente. E a todas as educadoras e educadores que se voluntariaram para responder e deixar seus relatos na pesquisa a qual meu trabalho se apoiou, a todos vocês minha eterna gratidão.

Agradeço também a todos os professores e professoras que conheci durante a graduação, de um jeito ou de outro, eles marcaram a minha vida significativamente. Especialmente as professoras Lúcia, Walburga e Andrea, que abordaram a primeira infância (e a educação infantil) de um jeito tão bonito e com tanto amor, fazendo com que eu me apaixonasse cada dia mais por essa fase tão preciosa.

E por fim, não poderia deixar de agradecer cada abraço apertado, cada desenho e cartinha feita, a cada florzinha e sorrisos que ganhei de diversas crianças, sem elas nada disso teria acontecido, e no final das contas, isso tudo também é por elas.

CAMARGO, Melissa Alves. **Calma, respira, escuta o seu coração: condições de trabalho e a interação entre adulto e criança na educação infantil no setor privado**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba. Sorocaba, 2025.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo investigar as condições de trabalho na educação infantil no setor privado e como essas condições impactam a relação entre adultos e crianças. A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, tendo como base a leitura e análise de artigos, livros e documentos relacionados à história da educação infantil privada e as condições de trabalho das educadoras da educação infantil da rede privada de ensino no Brasil. Desta maneira, também foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa, através de questionário online com educadoras que atuam ou atuaram na educação infantil em diversas instituições privadas. Os relatos das educadoras evidenciam que, apesar dos avanços significativos na educação infantil, ainda há muito a ser melhorado. Questões como salário, carga horária, falta de recursos e estrutura, gestão desorganizada e omissa em relação às famílias, entre outras, impactam diretamente a relação das educadoras com as crianças. A história e os relatos sugerem que a educação infantil privada requer melhorias nas condições de trabalho, como aumento salarial, redução na carga horária, valorização profissional e uma gestão mais humanizada e organizada.

Palavras chaves: Educação infantil privada, educação infantil, condições de trabalho, educadoras.

ABSTRACT

This Final Graduation Paper aims to investigate the working conditions of early childhood in the private sector and how these conditions impact the relationship between adults and children. The research is qualitative and bibliographic in nature, based on the reading and analysis of articles, books, and documents related to the history of private early childhood education and the working conditions of early childhood educators in private schools in Brazil. In addition, exploratory qualitative research was conducted through an online questionnaire with educators from various private institutions, considering that it was not necessary for these educators to still be working in the field of private early childhood education. The educators' accounts reveal that, despite significant advances in early childhood education, much still needs to be improved. Issues such as salary, workload, lack of resources and infrastructure, disorganized management, and neglect in relation to families, among others, directly impact the educators' relationship with the children. The history and reports suggest that private early childhood education requires improvements in working conditions, such as salary increases, reduced working hours, professional appreciation, and more humanized and organized management.

Keywords: Private early childhood education, early childhood education, working conditions, educators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico da faixa etária dos participantes.....	30
Figura 2 – Gráfico do gênero dos participantes.....	30
Figura 3 – Gráfico da etnia dos participantes	31
Figura 4 - Gráfico do nível de formação dos participantes.....	32
Figura 5 - Gráfico da função dos participantes dentro da educação infantil privada.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Respostas à pergunta “Como você avalia as condições de trabalho na instituição onde atua ou no seu último emprego na educação infantil? (infraestrutura, recursos didáticos, número de alunos por turma, carga horária, demandas diárias, apoio pedagógico, salário, etc.)”	36
Tabela 2 – Respostas à pergunta “As condições do seu trabalho influenciam ou já influenciaram a sua relação com as crianças em sala de aula? Se possível, cite exemplos.”	39
Tabela 3 - Respostas à pergunta “Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nas condições de trabalho na educação infantil na rede privada de ensino?”	41
Tabela 4 - Respostas à pergunta “Para você, qual o maior desafio da educação infantil em escolas particulares nos dias de hoje?”	44
Tabela 5 - Respostas à pergunta “Gostaria de expressar algo ou alguma experiência que acredite ser relevante para a pesquisa? Por favor, digite aqui.”	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

ANPEd- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

FUNDEB- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

GT- Grupo de trabalho

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação

RCNEI- Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil

PNE- Plano Nacional de Educação

RH- Recursos Humanos

SINPRO SP- Sindicato dos Professores de São Paulo

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNESP- Universidade Estadual Paulista

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

USP- Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM BREVE RESUMO	17
3 METODOLOGIA	28
3.1 QUESTIONÁRIO	29
4 QUEM ATUA DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRIVADA? ESTUDOS DE PERFIS	29
4.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS	30
4.2 CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS	33
5 MUITO TRABALHO, POUCO SALÁRIO: OS RELATOS DAS EDUCADORAS	35
5.1 COMO VOCÊ AVALIA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO ONDE ATUA OU NO SEU ÚLTIMO EMPREGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?	35
5.2 AS CONDIÇÕES DO SEU TRABALHO INFLUENCIAM OU JÁ INFLUENCIARAM A SUA RELAÇÃO COM AS CRIANÇAS EM SALA DE AULA?	38
5.3 NA SUA OPINIÃO, O QUE PODERIA SER MELHORADO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PRIVADA DE ENSINO?	41
5.4 PARA VOCÊ, QUAL O MAIOR DESAFIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS PARTICULARES NOS DIAS DE HOJE?	44
5.5 GOSTARIA DE EXPRESSAR ALGO OU ALGUMA EXPERIÊNCIA QUE ACREDITE SER RELEVANTE PARA A PESQUISA?	47
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A	56
APÊNDICE B	60

1 INTRODUÇÃO

Quando criança eu quis ser muitas coisas, uma princesa, uma rainha, uma astronauta e uma professora. Minha imaginação me permitia que eu fosse todas essas coisas juntas, mas meu coração escolheu uma só: ser professora. Eu caí naquele clichê de dizer “eu sempre gostei de crianças” e é verdade, mas eu já tinha em mente que gostar de brincar com crianças, carregar um bebê no colo ou ajudar um priminho na lição de casa não era nem uma pequena fração do que seria o trabalho de uma professora, por isso antes de me matricular na universidade eu busquei caminhos para entender se esse amor poderia se sustentar para vida toda, e foi por meio de um voluntariado em uma creche particular bem pequena em um bairro vizinho ao meu, que eu descobri que sim.

Desta forma, antes mesmo de ter minha primeira aula no curso de licenciatura em pedagogia eu já estava vivendo na prática um pouquinho da minha futura profissão. Antes o que era apenas um voluntariado se formalizou em um estágio remunerado, e na época (2019) me rendia uma bolsa de R\$500,00 e alimentação no local, se pensarmos que o salário mínimo naquele ano era de R\$998,00 (Brasil, 2019) a bolsa estava razoavelmente baixa, com uma carga horária de seis horas diárias. Apesar de ter sido uma oportunidade incrível para mim, na qual eu aprendi muito, eu já pude sentir um pouco do gostinho do que seria minha jornada dentro no universo das escolas particulares, isso porque nesse primeiro estágio meu contrato era “de boca”, sem registros oficiais, e essa situação me ocorreu mais vezes ao longo dos anos. Além de que eu fazia muitas coisas fora das funções de uma estagiária, como ficar sozinha com as crianças, preparar atividades e planejamentos e, praticamente, assumir uma turma. Era muita responsabilidade para uma garota nos seus dezoito/dezenove anos de idade, porém foi uma experiência formativa e eu aceitei o que estava acontecendo, nunca tive empecilhos com a coordenação, e quando vi que não poderia mais estar ali, que precisava de mais, sai em busca de novos ares e novos conhecimentos.

Dentro do curso de pedagogia, e outras licenciaturas, o estágio não obrigatório remunerado nos auxilia tanto a aprender mais sobre a educação em sua prática como também pela bolsa auxílio, tendo em vista que a bolsa ajuda muitos estudantes na sua permanência na universidade, já que muitos necessitam trabalhar. Podemos dividir o estágio em duas modalidades basicamente, o estágio não remunerado obrigatório, exigidos pelas diretrizes curriculares do curso sendo parte obrigatória para a conclusão da graduação, sem bolsa auxílio e determinada carga horária a ser cumprida durante o semestre, que pode variar de acordo com o estágio a ser realizado (estágio na educação infantil, ensino fundamental anos

iniciais e finais, educação de jovens e adultos, etc.) além de haver um relatório a ser feito como parte avaliativa, contando sua experiência e relacionando com os aprendizados teóricos apresentados no curso. E o estágio remunerado não obrigatório, que seria uma atividade opcional para complementar a formação acadêmica dos alunos, podendo ser exercido em instituições públicas ou privadas e oferecem uma bolsa auxílio, que pode variar de valor, além de contar com a carga horária máxima de seis horas diárias.

Passei pelos dois âmbitos da educação, a privada e a pública, e acabei me estabelecendo na privada, tanto pela facilidade em encontrar uma vaga, visto que a oferta é abundante, quanto pelo salário que acaba superando o qual a educação pública oferece (isso se não pensarmos em cargos de concurso), além de que na escola particular existe alguma chance para crescimento, alcançando a tão sonhada efetivação e crescimento profissional.

Com o estágio não obrigatório remunerado e os cargos assalariados pelos quais passei, pude refletir sobre a relação entre adulto e criança, e como isso de fato se dava em sala de aula, pensando principalmente a primeiríssima infância, e o quanto essa fase é importantíssima para as crianças e seu desenvolvimento social, psicológico e físico também. Me apaixonei, dia após dia, pela educação infantil e me desconstruí significativamente durante o tempo o qual eu estive atuando nesse segmento, repensando o que era educação infantil e como abordá-la, desde os meus princípios e métodos a usar com as crianças, além de aprender abordagens e inspirações pedagógicas novas. Deixei de lado aquela “velha” pedagogia pela qual eu tinha passado na escola, com folhas impressas com desenhos da “Turma da Mônica”, calendários de datas comemorativas e professoras que faziam as atividades pelas crianças, eu tinha deixado tudo isso para trás e agora trazia comigo uma nova concepção de educação, a qual consistia em proporcionar vivências, fazer experimentações, viver os sentimentos, o tato, os gostos, os cheiros e novos desafios, tudo isso repleto de afeto e acolhimento, e a cada dia que passava eu conseguia enxergar que isso é a base da educação infantil, e entender que o modo o qual a criança vai ser acolhida pode influenciar diretamente na relação que a mesma terá com a escola pelo resto da vida.

Pensando na educação infantil como uma das fases mais importantes para o desenvolvimento integral, que é garantido por lei (Brasil, 1996), comecei a perceber que o afeto e o cognitivo estavam diretamente ligados, onde as interações entre as crianças, e principalmente, as interações entre as educadoras e as crianças desempenham um papel crucial na formação social e emocional dos pequenos, sendo assim compreendi que o

acolhimento era um fator indispensável ao mesmo tempo que decisivo no desenvolvimento das crianças e estava (ou deveria estar) presente todos os dias dentro e fora da sala de aula. Para Josilene Pinheiro Mariz, Bianca Souza da Silva e João Leonel de Farias Silva (2017), por exemplo, o desenvolvimento integral da criança está diretamente ligado ao respeito, às relações respeitadas dentro do cotidiano entre as pessoas, “relações de respeito mútuo” (p.105). Certa vez ouvi de uma educadora que as crianças são como pequenas esponjinhas, absorvendo toda a informação que vivenciam durante o dia a dia, e por isso muitas das vezes as ações das crianças são reflexos do que elas já viveram (seja em casa ou na escola), com isso, se o ambiente não é acolhedor e respeitoso a criança estaria se desenvolvendo integralmente? E indo mais adiante, é possível manter essa relação saudável e acolhedora quando o cansaço extremo, a demanda excessiva de trabalho e a falta de reconhecimento profissional e salarial tomam conta?

Dentro do ambiente escolar, além de aprender fazendo algumas tarefas também se aprende olhando e refletindo, não apenas sobre você enquanto profissional, mas também sobre as demais pessoas que atuam com você, seja em sala de aula ou em outro departamento da escola da infância. Desta forma, analisando o ambiente o qual as educadoras estavam submetidas, levando em consideração as condições de trabalho como salário, quantidade de adultos e crianças por sala, sobrecarga e tempo de trabalho, pude observar o brilho no olhar sumindo, as educadoras perdiam a vontade de fazer mais, de inovarem ou até mesmo mudavam seu jeito de gerir a sala, não totalmente, mas ao decorrer do dia ou da semana. Muitas vezes a sobrecarga de trabalho e o mal planejamento de demandas as afetava significativamente, visto que as mesmas levavam trabalho para casa todos os dias, tendo que conciliar seu trabalho com a rotina de suas casas, sem conseguir separar trabalho e lazer, ou até mesmo trabalho de maternidade, tendo em vista que a maioria dos profissionais na educação infantil são mulheres e mães.

Assim, percebi a relação que o ambiente o qual as educadoras estavam inseridas impactava diretamente na relação com as crianças, o ambiente exaustivo às mudavam, as condições de trabalho cansavam tanto elas que chegavam ao ponto de repensarem suas carreiras profissionais na área da educação, além de causar frustração e conflitos internos, dentro de sala de aula e com a coordenação, visto que as educadoras levavam suas queixas e preocupações para a coordenação e não se sentiam ouvidas ou amparadas, ouviam palavras de alento mas nada mudava, e continuavam com demandas grandes, prazos apertados, novos alunos a todo momento, salas cheias e com pouca equipe.

É válido ressaltar que não houve apenas observações para com outras colegas de trabalho, mas também observações internas, quando me vi no lugar dessas educadoras, cansada, mal remunerada, sem descanso e com uma carga horária exaustiva tendo que conciliar o trabalho e a vida acadêmica, assim, essa questão se tornou algo totalmente pessoal para mim. Me senti a grande vilã das histórias que lia para as crianças, quando me excedi e levantei a voz para um bebê quando ele acidentalmente derrubou um prato de comida, ou até mesmo quando algum bebê não queria comer ou tomar banho minhas reações já não eram mais as mesmas, meu emocional já estavam rachado, não conseguia contornar a situação de uma forma leve, e desta forma me vi como alguém que não acolhia da melhor forma, alguém que não conseguia dar o afeto necessário dentro do dia a dia e da rotina louca e maçante. Contudo, quando deitava minha cabeça ao travesseiro e revia meu dia nos pensamentos, sabia em quais momentos eu deveria ter agido de outra forma, ou seja, eu tinha consciência sobre aquilo, mas se eu tinha tal consciência e aquilo me causava tamanho desconforto, porque isso continuava acontecendo comigo e com minhas companheiras de trabalho visto que não era uma simples falha de caráter? Seria o ambiente o qual estávamos inseridas?

Nesse contexto, o presente trabalho busca compreender mais sobre as condições de trabalho na rede privada na educação infantil e seu impacto na interação entre adulto e criança. Tal temática tornou-se mais presente em meu cotidiano profissional e na vida acadêmica, além de ser objeto de análise em um dos meus relatórios de estágio, despertando, assim, uma inquietação que motivou este estudo. Para tanto, o presente trabalho apresentará em seu primeiro capítulo uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, realizada através da leitura de livros, artigos, TCCs, teses e dissertações sobre a história e as condições de trabalho das educadoras da educação infantil no Brasil, e claro, com um enfoque na educação infantil privada. No segundo capítulo, é apresentada a metodologia adotada, a qual foi escolhida com o objetivo de desenvolver um debate acerca das condições de trabalho na educação infantil na rede privada de ensino e elucidar tais condições através de relatos, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva qualitativa, através de um questionário online que foi respondido voluntariamente por educadoras e educadores que trabalham ou já trabalharam na educação infantil particular na cidade de Sorocaba e cidades vizinhas. O questionário auxiliou a entender quem atua dentro da educação infantil privada, podendo ser realizado um estudo de perfil que nos mostra características como idade, gênero, etnia, nível de formação e características profissionais como qual a função a pessoa exerce na educação infantil, qual seu vínculo empregatício, etc.

No terceiro capítulo, é apresentado um estudo de perfis com base nas respostas fornecidas pelos participantes. Essas respostas eram de múltipla escolha (fechadas) e abordavam tópicos como idade, gênero, escolaridade, etnia, entre outros. Além das respostas fechadas, o questionário contou com respostas abertas, que estão presentes no quarto capítulo. Cada uma delas representa um subcapítulo que contém as respostas mais frequentes dadas a respectiva pergunta. Com isso, cada subcapítulo aborda as principais questões acerca das condições de trabalho na educação infantil privada, relacionando os relatos com os dados bibliográficos e documentais.

Para finalizar, levanto algumas considerações com base nos capítulos anteriores, relacionando a história da educação infantil com os relatos dados pelas educadoras e educadores, evidenciando que certos aspectos não mudaram e que as condições de trabalho influenciam na interação adulto/criança, seja de forma positiva ou negativa.

É válido ressaltar que durante o desenvolvimento deste TCC, optei por utilizar o termo “educadoras” para englobar todas as profissionais que atuam na educação infantil, incluindo auxiliares, estagiárias e professoras. Essa escolha visa reconhecer a importância de todas as funções dentro do ambiente educacional. No entanto, é fundamental destacar o papel da professora, que possui uma formação específica e responsabilidades distintas. É crucial que as atribuições de um professor não sejam substituídas por profissionais sem a formação adequada, garantindo não apenas uma educação de qualidade para as crianças, mas também os direitos das professoras e das educadoras.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM BREVE RESUMO

Por um longo período, de acordo com Jaqueline Delgado Paschoal e Maria Cristina Gomes Machado (2012), a educação das crianças era de exclusiva responsabilidade da família, era através da convivência com adultos e demais crianças que elas participavam das tradições e aprendiam as normas e regras culturais. Nos dias de hoje, por outro lado, as crianças têm a chance de frequentar creches, jardins de infância e outros espaços que permitem a interação e socialização, possibilitando que elas aprendam e compartilhem experiências com outras crianças. Sendo assim, traçar a trajetória da educação infantil no Brasil nos possibilita entender seus progressos e retrocessos, além de proporcionar uma chance de reflexão sobre a necessidade, ou não, de a educação infantil ser ofertada através da

iniciativa privada, bem como a quem esse modelo atendeu e continua atendendo na atualidade.

Com o avanço da história da educação infantil, observa-se que o interesse do Estado em educar só se materializou com a transformação social provocada pela industrialização e pela mudança no papel da mulher no mercado de trabalho, tendo em vista que as mulheres estavam inteiramente ligadas aos cuidados da casa e das crianças. Segundo Paschoal e Machado (2012), o efeito causado pela industrialização é significativo, sendo que ela "facilitou o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho, modificando a maneira como as famílias cuidavam e educavam seus filhos"(Paschoal, Machado, 2012, p.79).

A partir desse momento, segundo Gabriela Aceituno (2017) “o objetivo da sociedade, sobretudo das mulheres, era de buscar um local seguro para que as crianças ficassem enquanto seus pais iam trabalhar”(Aceituno, 2017, p.14). Dito isso, iniciam-se os primeiros passos para a construção e a consolidação de creches e jardins de infâncias, advindo principalmente de reivindicações das mulheres e mães, mas também dos donos das indústrias que empregavam essas mulheres (Aceituno, 2017). Paralelo a isso, havia certa preocupação com as crianças que eram abandonadas por suas mães (por não haver condições de criá-las ou por serem “mães solteiras” com filhos ilegítimos, normalmente frutos de abusos), as crianças eram vistas como um “[...] objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (Rizzo, 2003, p. 37).

Com isso, em 1738 no Rio de Janeiro a instituição Romão Duarte de Mello Mattos, inaugurou a Casa dos Expostos ou Roda dos Expostos, um dos exemplos de instituições voltadas para o assistencialismo. Inspirada em modelos europeus, buscava oferecer uma “alternativa” às mães que não queriam ou não podiam criar seus filhos, permitindo que os entregassem anonimamente, evitando, assim, o abandono em locais públicos além de garantir o anonimato das mães de tal constrangimento (Rizzo, 1986).

Era de responsabilidade dos municípios fornecer assistência às crianças abandonadas nas rodas, porém, alegavam falta de orçamento e recursos, resultando, mais uma vez, no abandono dessas crianças. Diante de tal realidade, muitas crianças eram “amparadas” por famílias que as adotavam, “[...] mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão de obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita; desta forma, melhor do que a escrava.” (Marcílio, 1997, p.52).

Mesmo que na atualidade essa entidade seja vista como irreal ou imoral, a Rodas dos Expostos era uma das únicas instituições que auxiliava no “combate” ao abandono infantil, e a mesma funcionou por longos anos sendo extinta definitivamente do Brasil apenas em 1950 (Marcílio, 1997).

Devido à negligência do Estado em relação às instituições assistenciais, somada à crescente demanda por esse tipo de serviço, surgiram inúmeras outras iniciativas sem qualquer estrutura adequada de atendimento, limitando-se apenas aos cuidados básicos. Esse contexto resultou em um aumento alarmante nos índices de desnutrição e mortalidade infantil. Diante desse cenário, empresários, religiosos e educadores mobilizaram-se para a criação de espaços que garantissem maior segurança às crianças fora do ambiente familiar. Segundo Vital Didonet (2001), foi nesse período que a infância passou a ser objeto de estudo, inicialmente sob uma perspectiva filantrópica. Assim, podemos pensar nas tendências que acompanharam as criações de creches e jardins de infância no começo do século XX em território nacional como jurídicas policiais (que defendiam a infância, mesmo que ela continuasse abandonada) e as higienistas e religiosas que pensavam na mortalidade infantil. Mesmo cada uma tendo sua percepção, em ambas “[...] seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (Kuhlmann Jr., 1998, p. 88).

Em 1899, foi fundado o Instituto da Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, que posteriormente se expandiu para outras regiões do Brasil. Já em 1919, essa entidade criou o Departamento da Criança, com a finalidade de fiscalizar as instituições voltadas ao cuidado infantil e ao atendimento oferecido às crianças.

Uma das principais ações deste departamento foi a restrição ao voluntariado de mulheres que, não estando empregadas nas fábricas, cuidavam dos filhos de outras trabalhadoras. Essa medida resultou no incentivo à procura de espaços nos quais as crianças pudessem frequentar, direcionando elas para creches e jardins de infância. Um exemplo desse movimento foi a creche da Companhia de Fiação de Tecidos Corcovado, considerada a primeira creche no Brasil destinada aos filhos de operários, inaugurada por iniciativa do setor privado (Kuhlmann Jr., 1998).

A industrialização continuava a crescer, juntamente com o número de trabalhadores e trabalhadoras, e com a grande entrada de mulheres e mão de obra imigrante os movimentos operários tomaram força e reivindicaram seus direitos, um deles era a criação de mais creches e instituições que cuidassem de seus filhos. Bem como a fábrica de tecidos Corcovado fizera, outras fábricas e indústrias começaram a ceder a certas reivindicações a fim de conter o movimento operário, e assim, fizeram creches e escolas maternas para filhos de seus empregados (Kishimoto, 1988).

Maria Helena Câmara Bastos (2011) ressalta que a movimentação do setor privado na educação não vinha apenas por exigências operárias, tendo em vista que o Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro ofertava o jardim de infância para um número restrito de meninos privilegiados desde 1875 e tinha como forte inspiração as ideias de Froebel.

Já em 1943, no governo de Getúlio Vargas, foi criada a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que regulamenta as leis trabalhistas. Nela era exigida "a obrigatoriedade de creches no país, obrigatoriedade essa restrita às empresas privadas que empreguem mão-de-obra feminina em idade fértil, e extensiva apenas a seus filhos até seis meses de idade" (Rosemberg, 1989, p.94), tirando qualquer responsabilidade do Estado com a educação das crianças pequenas, e deixando-a cargo do poder privado (novamente). De acordo com Zilma de Moraes Ramos de Oliveira e Maria Clotilde Rossetti Ferreira (1986), são construídas pré-escolas e jardins particulares para as crianças da alta classe da sociedade, e nelas já existia a intencionalidade pedagógica, enquanto nem mesmo as pré escolas estaduais tinham o intuito de atender as crianças pobres:

As primeiras pré-escolas estaduais, criadas a partir do século passado, contudo, não se voltaram para o atendimento prioritário da população pobre ou dos filhos dos operários. Ao contrário, as primeiras classes de pré-escola na cidade, criadas na Escola Americana (atual Instituto Mackenzie) em 1877 e na Escola Caetano de Campos (a primeira pré-escola pública do município) em 1896, eram frequentadas por crianças de algumas das famílias mais ricas da cidade. Apenas mais tarde surgem as oportunidades para crianças mais pobres nas classes que cuidavam da faixa do pré-escolar. (Oliveira & Ferreira, 1986, p.44)

Enquanto as crianças das camadas mais populares recebiam um atendimento totalmente voltado para o assistencialismo e com um sentido de ser algum tipo de alívio oferecido para o proletariado, as escolas particulares adotavam ênfases pedagógicas, muitas vezes orientadas por educadores europeus como Pestalozzi e Froebel como nos diz Oliveira e Ferreira (1986), além de funcionarem por meio período, permitindo uma grande socialização e preparando as crianças para o ensino regular. Nota-se mais uma vez a discrepância no tratamento oferecido para as diferentes crianças de diferentes realidades. Apesar dos contextos distintos, a infância é uma só e deveria ser tratada igualmente, sendo assim, vemos a educação infantil sendo tratada como mercadoria desde cedo, desde a sua infância, por assim dizer.

A crescentes das pré-escolas e escolas da infância particulares se intensificou na década de 70 (principalmente no estado de São Paulo) como aponta Beatriz Carmo Lima de Aguiar (2009), voltadas para as classes médias e médias altas da sociedade e que geralmente atendiam filhos de profissionais liberais que acreditavam no potencial das crianças, as mesmas utilizavam termos como “pedagógico” para atrair tal público, fazendo sua

propaganda e enfatizando a diferença entre as escolas de educação infantil públicas das particulares.

Quando o Brasil vivencia o período eleitoral, podemos ver o poder e o papel importantíssimo da mulher na luta por uma educação infantil de qualidade e para todos, visto que movimentos como o Movimento de Lutas por Creches e o Movimento Feminista reivindicavam melhorias no atendimento das crianças, um padrão na construção e no atendimento às crianças além de uma melhor seleção das pessoas que trabalhariam nas creches (Aguilar, 2009). Com isso, a creche se tornou um direito do trabalhador brasileiro (Brasil, 1988, Art. 208), ou melhor dizendo, das trabalhadoras brasileiras, que eram mães e trabalhadoras e precisavam de um lugar para deixar seus filhos e as trabalhadoras¹ que estavam dentro das creches cuidando das crianças.

Com o crescente aumento da pressão dos movimentos sociais, a creche e a pré-escola foram incorporadas ao sistema educacional, consolidando-se formalmente com sua inclusão na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988). Agora, pela primeira vez, poderíamos de fato nomear como educação infantil a primeira etapa das crianças na escola, saindo de uma visão assistencialista para o desenvolvimento educacional das crianças nessa fase.

Além disso, a Constituição de 1988 também possibilitou a existência de escolas com fins lucrativos, conforme previsto no artigo 209, e sua regularização foi posteriormente reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 20, inciso III, impulsionando o crescimento das instituições privadas de ensino. Desta maneira, a educação infantil, que até então estava em processo de reconhecimento como um direito social, passou a existir juntamente com interesses de mercado, ampliando desigualdades e tornando a educação um serviço sujeito às lógicas do consumo do mundo capitalista.

Segundo Aceituno (2017) “É a partir da década de 1990, principalmente por conta da promulgação da Constituição Federal em 1988 que começa uma discussão acerca da articulação entre cuidado e educação” (Aceituno, 2017, p.17). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/1996) destacou-se, regulamentando a educação no Brasil, reconhecendo a educação infantil como a etapa inicial da educação básica e estabelecendo

¹ Tendo em vista a inegável presença das mulheres desde o início da educação infantil, o presente trabalho irá se referenciar aos substantivos que nomeiam os cargos nas escolas da infância no pronome feminino.

como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade (Brasil, 1996, Art. 29)

No que tange a valorização da formação docente, a partir daquele momento "A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação." (Brasil, 1996, Art. 62) mas admitindo-se ainda o curso de magistério em nível médio para professoras de crianças pequenas.

Para além da LDB, outros documentos foram elaborados, como as diretrizes "Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil" que auxiliaram na incorporação de normas para com a criança pequena em território nacional. Já o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), surgiu com o intuito de estabelecer práticas pedagógicas de qualidade nas escolas da infância e assim servindo como guia para atingir os objetivos pensados para determinada faixa etária.

Sobre os objetivos gerais da educação infantil o documento nos diz o seguinte:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (Brasil, 1998a, p. 63, v. 1).

É inegável a importância de tais documentos e leis para a educação infantil, em vista de que a mesma nunca teve, de fato, importância para o Estado, e como já citado anteriormente, sempre foi tratada sob uma perspectiva assistencialista, sem fins educacionais. No entanto, a simples existência dessas normativas não garante sua efetivação na prática. De

nada adiantam documentos e diretrizes detalhando o que deve ser feito, se não há planejamento concreto e fiscalização sobre como essas mudanças serão implementadas.

Se pensarmos no financiamento por exemplo, a LDB/1996, apesar de representar um avanço na regulamentação da educação infantil, não cita nenhuma indicação de incentivo financeiro para a realização de tais mudanças na educação infantil, assim, novamente a infância segue marginalizada, bem como diz Ana Beatriz Cerisara:

[...] a educação infantil foi marginalizada, isso porque sem recursos é impossível realizar o que foi proclamado tanto no que diz respeito à transferência das instituições de educação infantil das secretarias de assistência para as secretarias de educação, como em relação à redefinição do caráter pedagógico de creches e pré-escolas já vinculadas às secretarias de educação. (Cerisara, p. 330, 2002).

No que tange o RCNEI e sua divulgação em outubro de 1998 é importante lembrar que anteriormente uma versão preliminar havia sido enviada para mais de 700 profissionais ligados à educação infantil para que houvesse uma análise e pareceres. No entanto, o prazo de apenas um mês para essa avaliação foi insuficiente, e muitos especialistas pediram mais tempo para uma análise aprofundada do documento. Apesar disso, o RCNEI foi publicado sem que esses pedidos fossem considerados, atropelando até mesmo as diretrizes do próprio Ministério da Educação. Como observa Cerisara (2002), o documento foi divulgado antes da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Conselho Nacional de Educação, que deveriam ser mandatórias. Segundo Kuhlmann Jr.(1999) tal fato se deu por interesses eleitorais e não por uma preocupação com a infância.

Outro ponto a se destacar sobre o RCNEI é a divisão em três volumes: introdução, formação pessoal e social e conhecimento do mundo. No primeiro volume são enfatizados conceitos como educar, brincar, cuidar, relação creche-família, cuidar de crianças especiais, projeto educativo, entre outros. Essa primeira parte, segundo Cerisara (2002) pareceu seguir as sugestões feitas pelos pareceristas na versão preliminar do RCNEI, e traz a criança como protagonista, visando seu desenvolvimento como ser humano em diversos contextos, se distanciando da visão escolar e se aproximando da infância em si. Porém, os outros dois volumes se contradizem ao primeiro, apresentando temáticas como artes visuais, linguagem oral e escrita, sociedade e matemática e seguindo uma estrutura comum, onde são detalhadas as ideias e práticas relacionadas ao tema e à criança, além dos componentes curriculares como objetivos, conteúdos, orientações didáticas, orientações gerais para o professor e bibliografia, se aproximando novamente de uma visão escolar como no ensino fundamental (Cerisara, 2002).

Houve mais avanços no âmbito legal, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 1998), que orientou os direcionamentos pedagógicos da educação infantil para as instâncias do poder público municipal e estadual, o que, posteriormente, contribuiria para a municipalização da educação. Ademais, essa medida possibilitou a partilha de responsabilidades entre o Estado e os municípios, promovendo uma maior proximidade e acompanhamento da educação infantil.

Em 2006 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que é um documento que visa contribuir para a qualidade do ensino oferecido. Nesse sentido, é interessante pensar o ano de publicação de tais diretrizes, visto que 2006 foi o prazo final estabelecido pela LDB para todas as professoras terem formação específica em nível superior (podendo ser aceito o magistério em nível médio) e que nada o Estado fez para que essa exigência fosse cumprida, não oferecendo nenhuma condição a essas pessoas e passando toda a responsabilidade para as professoras, o que causou uma grande oferta de cursos privados, chamados de emergenciais (Cerisara, 2002). Mais uma vez a iniciativa privada aproveitou de uma falha governamental para lucrar.

Em 2001, foi sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE), um documento que estabelece as diretrizes e estratégias destinadas ao desenvolvimento educacional em todos os níveis no Brasil ao longo de uma década, e para a educação infantil o documento aborda questões como: a expansão das ofertas de vagas prevendo a ampliação de creches e pré escolas públicas, além de haver a meta de universalizar a educação pré escolar; qualidade no atendimento enfatizando a necessidade de haver a formação adequada para professoras e professores; e a integração de educar e cuidar oferecendo um ambiente que promova o desenvolvimento integral da criança (Brasil, 2001). Além da inclusão obrigatória das crianças de seis anos no ensino fundamental a partir da Lei Federal nº 11.114 (Brasil, 2005), que aumentou a duração do ensino fundamental para nove anos e a Emenda Constitucional nº 59/09 (Brasil, 2009) que é especialmente importante para a educação infantil, pois incluiu as crianças de quatro e cinco anos (a pré-escola) na educação obrigatória, e a mesma foi ratificada em 2013 pela Lei Federal nº 12.796 (Brasil, 2013) que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9394/96 definindo a obrigatoriedade escolar dos quatro aos dezessete anos de idade, ou seja, da pré-escola até o ensino médio.

Em vista da trajetória da educação infantil e seus ganhos no âmbito legislativo, o Ministério da Educação definiu o ano de 2006 como o ano da Política Nacional de Educação Infantil, formulando recomendações:

A prática pedagógica considera os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais; Estados e municípios elaborem ou adequem seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil; as instituições de educação infantil ofereçam, no mínimo, quatro horas diárias de atendimento educacional, ampliando progressivamente para tempo integral, considerando a demanda real e as características da comunidade atendida nos seus aspectos socioeconômicos e culturais; as instituições de Educação Infantil assegurem e divulguem iniciativas inovadoras, que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da educação infantil, sobre infância e a prática pedagógica; a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteiam as propostas de formação; os profissionais da instituição, as famílias, a comunidade e as crianças participem da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. (Brasil, 2006, p.26)

Para Angela Maria Ferreira Barreto (1998) mesmo com os avanços no âmbito legislativo terem sido de suma importância para a educação, a prática e a realidade não condizem com as leis e demais documentos voltados para a educação, principalmente nas questões de acesso e qualidade de ensino, enfatizando que:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiram, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresentam ainda padrões bastante aquém dos desejados. A insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos, a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche, a separação entre as funções de cuidar e educar, e a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (Barreto, 1998, p. 25).

Nesse sentido, o documento Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (Brasil, 2009) abrange os critérios organizacionais e de funcionamento interno das creches, além das práticas adotadas diretamente com as crianças, bem como “critérios relativos à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais.” (Brasil, 2009, p.7). Sua primeira versão foi pensada como um projeto de assessoria e formação para professoras de creches conveniadas do município de Belo Horizonte, mostrando a realidade encontrada nesses locais, ademais o setor privado se mostra novamente presente na esfera educacional, evidenciando que por vezes o privado não se mostrou superior ao público.

Contextualizando o debate para os dias atuais, a resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, que atende as dimensões propostas pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (MEC, 2024), e tem a finalidade de garantir o acesso, permanência, qualidade e equidade da educação infantil para crianças de zero a cinco anos de

idade. Em questão da qualidade da educação infantil, as instituições que ofertam tal modalidade terão que ser capazes garantir:

- a) o acesso e a permanência de bebês e crianças ao atendimento educacional;
- b) as condições de infraestrutura física e pedagógica adequadas ao público atendido e necessárias à realização das práticas do cuidar e educar;
- c) ambientes e interações educativas planejadas e organizadas de modo a promover as aprendizagens e o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças;
- d) processos de desenvolvimento profissional permanente e condições de trabalho adequadas para equipes gestoras, docentes e educadores que atuam no suporte à ação pedagógica;
- e) gestão democrática e participativa que assegurem processos decisórios responsivos às necessidades das comunidades educativas; e
- f) acompanhamento permanente das aprendizagens e do desenvolvimento dos bebês e crianças orientadas pelos marcos definidos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. (Brasil, 2024, art.2)

Segundo o artigo 3º da resolução, a implementação das Diretrizes Operacionais Nacionais tem que se articular juntamente com as dimensões da qualidade definidas nos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, sendo elas a gestão democrática, identidade e formação profissional, proposta pedagógica, avaliação da educação infantil e infraestrutura, edificações e materiais. Em relação à formação profissional o art.16 reforça: “A docência na Educação Infantil deve ser exercida por professores habilitados em cursos de licenciatura em Pedagogia, ofertados em nível superior, admitida a formação mínima em curso normal de nível médio, na forma da legislação vigente.” (Brasil, 2024, art.16) e complementa dialogando sobre a organização de outros cargos de apoio pedagógico no art.18:

Os sistemas de ensino que ofertam a Educação Infantil poderão organizar carreiras específicas para profissionais de apoio e suporte (assistentes, auxiliares, monitoras(es) e outras denominações), garantindo-lhes o reconhecimento como trabalhadoras(es) da educação, em função não equivalente à docência, desde que atuem sob a liderança e supervisão de professor legalmente habilitado. (Brasil, 2024, art.18)

Dessa forma, são admitidos outros cargos além do de professora nas escolas de educação infantil, no entanto, esses cargos não são equivalentes aos de docentes e não devem assumir posições de liderança em qualquer turma, uma vez que, para tais cargos, não é exigida a formação em nível superior ou magistério, além de outros quesitos como salário e carga horária diferentes dos de uma professora. Mesmo assim, bem como será relatado pelas educadoras no capítulo cinco deste trabalho, essa situação ainda ocorre. Contudo, é garantido a essas profissionais o reconhecimento como profissionais da educação, ressaltando sua importância para a rotina das escolas de educação infantil.

Para Theresa Adrião, Raquel Fontes Borghi e Cassia Alessandra Domiciano embora a ampliação da educação infantil pública seja crescente, o setor privado se manteve presente, de forma que “A expansão do atendimento à educação infantil se deu mediante parcerias entre setores públicos e privados, via distintas formas de conveniamento, como exemplo: cessão de prédio público; pagamentos de profissionais contratados pela instituição privada com recurso público e merenda etc.” (Adrião, Borghi, Domiciano, 2012, p.290), bem como Fúlvia Rosemberg (2003) constatou no processo de expansão da educação infantil em Florianópolis, Santa Catarina, com o uso de convênios para maximizar as matrículas e minimizar os gastos. É importante recordar que o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), sancionado em 2006 e vigente desde 2007, autorizou a destinação de recursos públicos desse fundo para instituições sem fins lucrativos, configurando-se como um incentivo ao aumento das matrículas por meio de parcerias (Borghi; Bertagna, 2016).

Assim, ao mesmo passo que a educação se expande, ela se torna uma mercadoria passível de negociação, seja por conta das escolas conveniadas, pelas escolas particulares ou até mesmo pela crescente incorporação de produtos e serviços pedagógicos nas escolas públicas, que incluem o aluguel de marca, a utilização de sistemas apostilados e formação e capacitação docente muito oferecidas por instituições como os Cursos Osvaldo Cruz (COC), Objetivo, Positivo e Pitágoras (Adrião; Garcia; Borghi, Arelaro, 2009; Oliveira, 2009; Garcia; Adrião; Arelaro, 2012). Segundo Gaudêncio Frigotto (1996), a educação tem sido historicamente um campo de disputa por hegemonia, em outras palavras, aqueles que mantêm o controle das instituições escolares possuem um dos instrumentos mais poderosos de condicionamento social, ou seja, manter a baixa qualidade na educação pública, ao mesmo tempo que existe uma parceria público privada, garante que a mesma continue nos mesmos moldes e ainda atrai clientes e reforça o estereótipo que o serviço privado oferece melhores qualidades em todos os âmbitos.

Mas a educação infantil particular é pensada para todos? Conforme matéria publicada pela UOL em 20 de fevereiro de 2020, o Brasil ocupa a sétima posição entre os países mais desiguais do mundo (Bárbara Forte, 2020), reforçando dados apresentados anteriormente e junto ao processo histórico da educação infantil no Brasil compreende-se que não! A educação infantil particular desde os primórdios é elitista, tem gênero e etnia.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo visa descrever os caminhos percorridos para a execução deste trabalho de conclusão de curso, levando em consideração os procedimentos metodológicos e instrumentos de pesquisa usados para reunir dados. Para tal, busquei informações em pesquisas e artigos científicos que abordassem o tema da educação infantil e das condições de trabalho no setor educacional privado, a fim de encontrar dados e ideias nas quais pudesse me apoiar.

A fim de discutir sobre as condições de trabalho das educadoras dentro das escolas particulares, utilizei da pesquisa exploratória descritiva qualitativa buscando compreender o contexto das educadoras, suas realidades e de certo modo, suas ambições para com a educação infantil, afinal “A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.”(Bauer, Gaskell, 2002,p.68). E por a educação ser um tema complexo por si só, acredito que tais problemáticas estariam amparadas pela pesquisa qualitativa exploratória tendo em vista que “estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (Gil, 2002, p.41)

Tal pesquisa foi realizada através de um questionário online (apêndice A), por ser um meio simples de acesso para as partes envolvidas na pesquisa, além de ser uma ferramenta eficaz na coleta de dados e de fácil divulgação. Optei por usar a ferramenta Google Forms para a elaboração do questionário online, tanto pela popularidade quanto pela facilidade em si (em elaborar e redigir o questionário, assim como para os que o responderam), além de que a ferramenta permite a garantia da anonimidade dos participantes, bem como a possibilidade de extrair dados das respostas fornecidas através da plataforma, principalmente de forma visual visto que a ferramenta elabora gráficos de acordo com as respostas dos participantes. A divulgação do questionário foi efetuada por meio das redes sociais como Instagram, Whatsapp e afins, sendo direcionado apenas para as profissionais da educação infantil de escolas privadas diversas, tendo em vista que suas experiências foram valiosas para o presente trabalho, dando o apoio necessário para sustentar os conceitos defendidos neste trabalho de conclusão de curso.

Após o levantamento de dados através do questionário, recorri a pesquisa bibliográfica, como o intuito de reunir uma base teórica com conceitos e ideias relacionadas à problemática em questão para a elaboração do trabalho, auxiliando também na análise e na

interpretação de dados coletados, além de que “[...] possibilita a compreensão das contribuições já realizadas em relação ao problema de pesquisa” (Severino, 2007, p. 122). A pesquisa bibliográfica foi fundamental para identificar os principais autores que abordaram temas ligados a este trabalho, ao mesmo tempo que era possível uma exploração sobre novos conceitos e abordagens. A pesquisa bibliográfica se deu por meio de banco de dados acadêmicos, tais como Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico, além de repositórios de universidades como UFSCar, USP, Unesp e Unicamp para a consulta de TCCs, teses e dissertações com temas relacionados com o presente trabalho.

3.1 O QUESTIONÁRIO

O questionário (apêndice A) foi um meio de pesquisa exploratória, como citado anteriormente, desta maneira não foi exigido o registro de quaisquer dados pessoais como nome, email e telefone, bem como a liberdade do participante em deixar de responder qualquer questão. Ele conta com dezenove perguntas, sendo seis perguntas voltadas para o estudo de perfil dos participantes (coletando informações como idade, identidade de gênero e escolaridade), oito perguntas fechadas (com alternativas) e cinco perguntas abertas (os participantes poderiam dissertar sobre a pergunta), as perguntas foram pensadas para as pessoas que trabalham dentro de sala de aula, sejam elas professoras, berçaristas, auxiliares ou estagiárias, a fim de sanar dúvidas e/ou confirmar hipóteses levantadas anteriormente acerca das condições de trabalho das educadoras dentro das escolas particulares.

A divulgação se iniciou por meio de redes sociais a partir do dia 02 de setembro de 2024 e aceitou respostas até o dia 04 de outubro de 2024 e foi direcionado a pessoas que trabalham ou já trabalharam em escolas de educação infantil privadas, com o fim da campanha de divulgação o questionário obteve 38 respostas.

4 QUEM ATUA DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRIVADA? ESTUDOS DE PERFIS

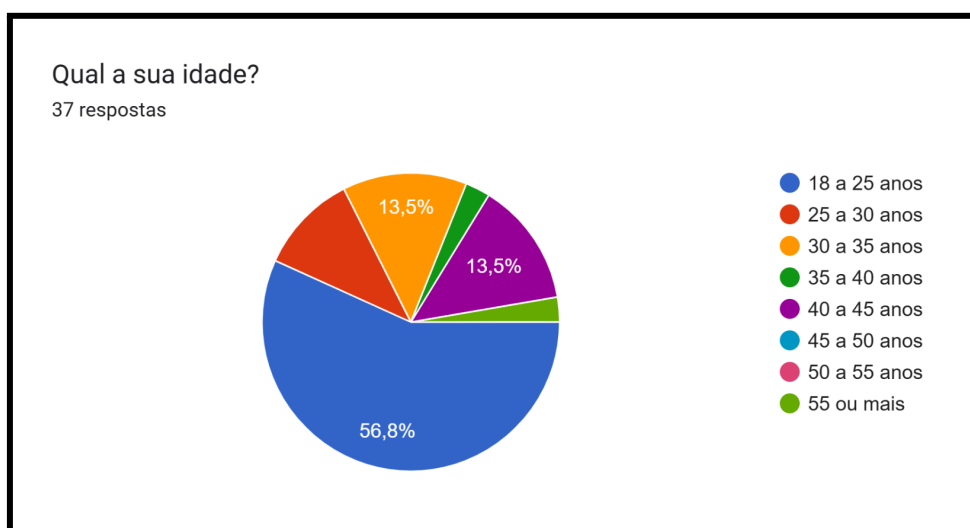
Este capítulo tem como objetivo descrever o perfil dos participantes da pesquisa feita através do questionário citado anteriormente. Tal estudo é essencial para contextualizar os resultados obtidos e compreender as características demográficas e profissionais dos respondentes, permitindo uma interpretação mais precisa dos dados e das percepções levantadas pelo questionário. Os dados coletados abrangem variáveis como idade, gênero, escolaridade, área de atuação e tempo de experiência, tais dados auxiliam em estabelecer uma

base sólida para a interpretação, fundamentando a discussão central do presente trabalho. O perfil dos participantes oferece elementos que conferem maior relevância aos achados da pesquisa exploratória feita via questionário, considerando que os profissionais da educação infantil na rede privada, enfrentam desafios específicos e que podem impactar sua relação com as crianças e, conseqüentemente, a qualidade de suas interações. O conhecimento do histórico profissional e educacional dos participantes fortalece as discussões sobre as condições de trabalho e permite identificar características, bem como os principais pontos de discussão e insatisfação dentro da educação infantil na rede privada. Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada com pessoas que tiveram experiências dentro de escolas da infância privadas, e que podem ou não estar atualmente em exercício na área (como irá se mostrar ao decorrer deste capítulo), contudo irei discorrer os dados utilizando da escrita no presente.

4.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

A primeira questão direcionada ao perfil do participante abordou a faixa etária e a análise das respostas dos participantes revela que a maior parte dos respondentes tem entre 18 e 25 anos de idade (56,8%), conforme mostrado no gráfico 1, seguidas por um empate entre as idades de 30 a 35 anos e 40 a 45 anos que tem para cada uma 13,5% das respostas, as idades entre 25 a 30 anos tem 10,8% e as idades 35 a 40 anos e 55 anos ou mais obtiveram cada uma 2,7% das respostas. Tais dados evidenciam a predominância de profissionais mais jovens dentro da educação infantil privada.

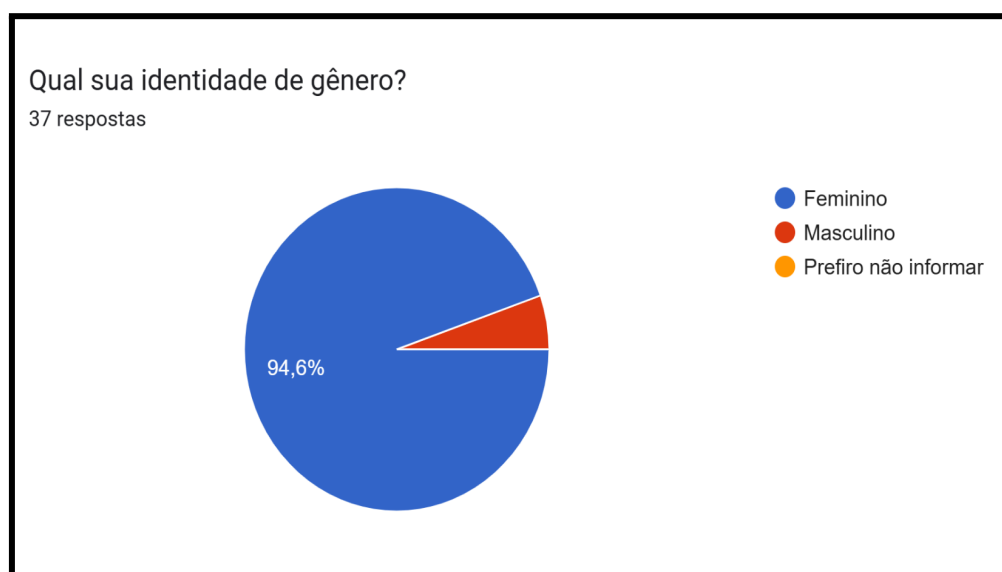
Gráfico 1: Faixa etária dos participantes.



Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo

No que diz respeito ao gênero das pessoas que participaram da pesquisa mostra a presença majoritária de mulheres na educação infantil privada, 94,6% dos respondentes são mulheres, comparado a 5,4% que são homens, conforme o gráfico 2. Esse dado é consistente com a literatura e com a história da educação infantil no Brasil, na qual se observa uma elevada representatividade do gênero feminino em todos os cargos que envolvem a educação infantil, principalmente aqueles que dialogam diretamente com as crianças em sala de aula.

Gráfico 2: Gênero dos participantes.



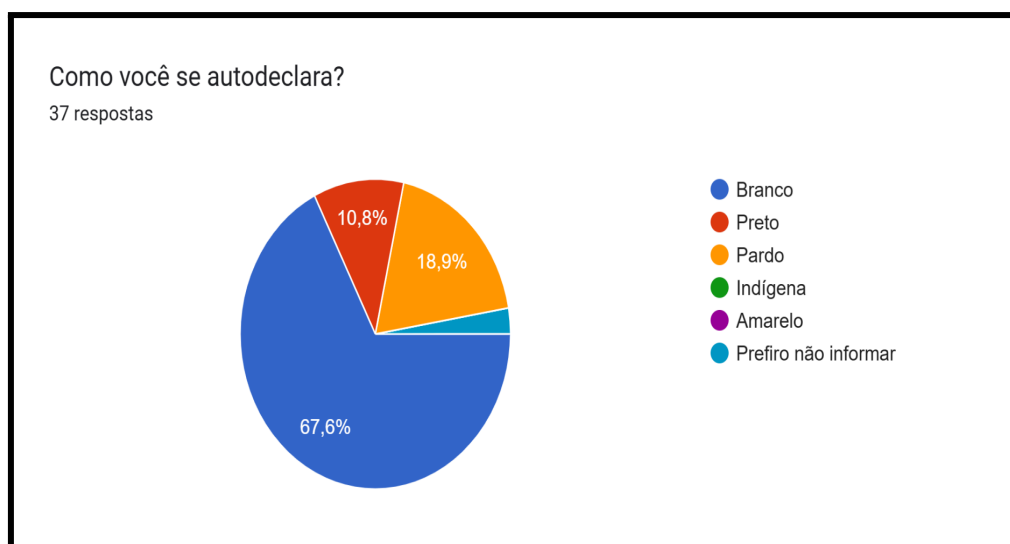
Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo

A pergunta “Como você se autodeclara?” foi incluída no questionário para capturar a diversidade étnica dos profissionais de educação infantil na rede privada. Compreender essa característica é fundamental, uma vez que a diversidade étnica entre os educadores pode refletir a dinâmica do ambiente escolar pensando em como as escolas de educação infantil gerem seus quadros de funcionários, da mesma forma essa variável pode ser relacionada a escolaridade de pessoas negras e pardas ao mesmo passo das condições de trabalho a que elas se sujeitam, bem como Henriques afirma:

Cerca de 55% da diferença salarial entre pessoas negras e brancas está associada com a diferença educacional, uma parte da qual é derivada da discriminação gerada dentro do sistema educacional e a outra parte da herança da discriminação educacional infligida sobre a geração dos pais dos estudantes (Henriques, 2001, p.26).

De acordo com o questionário 67,6% das pessoas respondentes se autodeclararam brancas, enquanto apenas 10,8% se autodeclararam pretas e 18,9% se autodeclararam pardas. Apenas uma pessoa (2,7%) preferiu não dar essa informação, como nos mostra a seguir o gráfico 3.

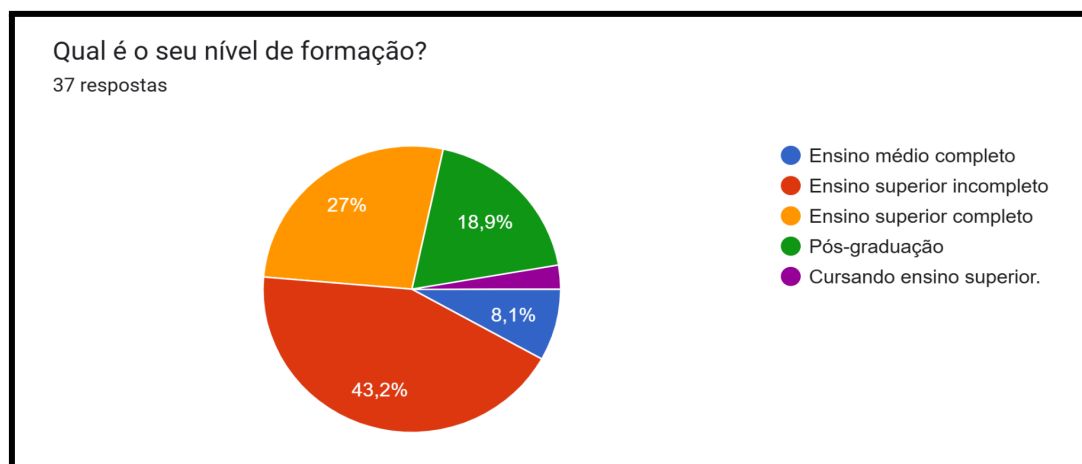
Gráfico 3: Etnia dos participantes.



Fonte: Dados recolhidos por Melissa Alves Camargo

A escolaridade dos participantes reflete o nível de formação na área de atuação. Como mostra o gráfico 4, a maioria dos participantes possui ensino superior incompleto (45,9% tendo em vista a adição de um percentual de 2,7% de um respondente que informou que estava “cursando o ensino superior” o que é equivalente a esta opção). 27% possuem ensino superior completo, 18,9% têm pós-graduação, e 8,1% têm ensino médio completo. Essa distribuição reforça a hipótese de que o nível de formação dos educadores pode influenciar diretamente na sua visão sobre a qualidade do trabalho.

Gráfico 4: Nível de formação dos participantes.



Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo

O nível de formação das pessoas participantes, como mostrado anteriormente, varia entre ensino médio completo, ensino superior incompleto, ensino superior completo e pós graduação. Os cursos de ensino superior das pessoas que têm ensino superior incompleto e as que já concluíram variam entre licenciatura em pedagogia (97,8%), gestão de RH (1,1%) e ciências de dados (1,1%). Das pessoas respondentes que possuem o ensino superior completo, 7 pessoas (18,9%) responderam que possuem pós graduação que vão desde a educação infantil e alfabetização e letramento, até a neuropsicopedagogia, psicopedagogia, atendimento educacional especializado e educação inclusiva (AEE).

Com isso, analisando as características demográficas das pessoas que participaram do questionário podemos concluir que embora haja certa diversidade no quadro de funcionários da educação infantil privada, quem representa tal classe é a mulher branca, jovem entre 18 e 25 anos e que está cursando ensino superior na licenciatura em pedagogia.

4.2 CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS

Dentro das escolas da infância existem diversas funções as quais uma pessoa pode desempenhar, pensando nas funções que são exercidas diretamente com as crianças pequenas nós temos as professoras, que segundo o Edital nº 01/2020 para o cargo de professora de educação básica I da prefeitura de Sorocaba tem as seguintes atribuições:

Participar da elaboração da proposta pedagógica da unidade escolar; elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade escolar; utilizar metodologias através de ações que garantam o ensino e a aprendizagem dos alunos; estabelecer e implementar estratégias de atendimento aos alunos que apresentem menor rendimento; cumprir as horas da jornada de trabalho de docência em sala de aula e horário de trabalho pedagógico coletivo, de acordo com o horário estabelecido pela direção da unidade escolar; participar integralmente dos períodos

dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; desempenhar as demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da unidade escolar e ao processo de ensino e aprendizagem. (Prefeitura de Sorocaba, 2020, p.27).

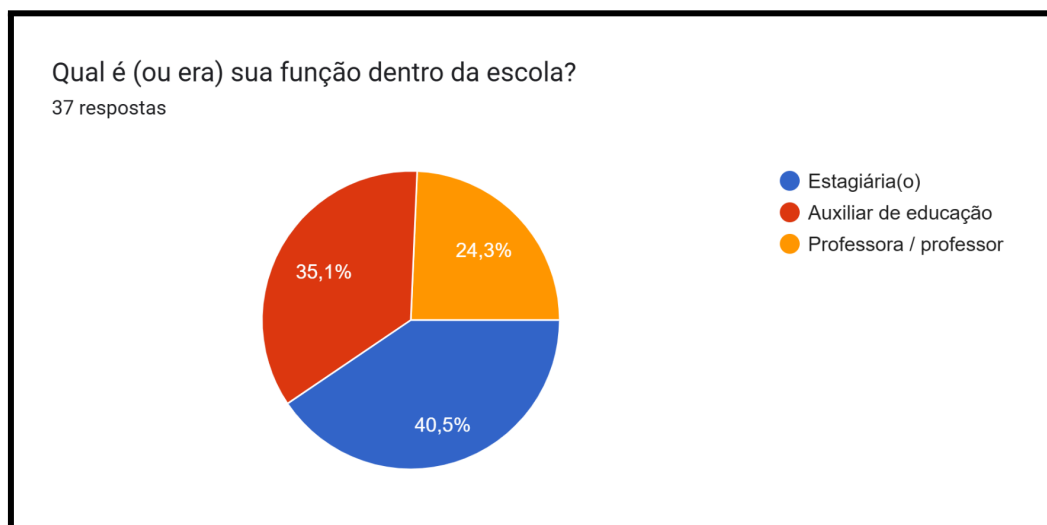
É fato que as professoras desempenham um cargo de extrema importância com as crianças, e que o papel delas pode mudar de acordo com a visão que se tem da infância, sendo assim, pensando nas escolas privadas, em cada uma delas podemos observar funções diferentes para o mesmo cargo. Vale ressaltar, que, diferente das redes públicas, em que as diretrizes sobre funções e atribuições dos profissionais da educação são amplamente divulgadas em documentos oficiais, as escolas particulares não disponibilizam, necessariamente, suas normativas para consulta externa, e por conta de tal dificuldade ao acesso às normativas internas das instituições privadas, a súmula de professora da rede pública de Sorocaba auxiliou como comparativo.

Com tudo, não existem apenas as professoras dentro das escolas da infância que atuam diretamente com as crianças pequenas, há também as auxiliares e estagiárias. Para exercer a função de estagiária dentro de qualquer escola é preciso estar cursando o ensino superior, sendo este um item obrigatório para este cargo. Porém, para a função de auxiliar de educação é necessário somente o ensino médio completo, além de que tal cargo pode variar de nomenclatura, como auxiliar de classe, monitor, assistente de sala, berçarista, etc.

Devido a existência de tais funções que atuam diretamente e diariamente com a primeira infância, o questionário trouxe a pergunta “Qual é (ou era) sua função dentro da escola?” a fim de saber quais funções as pessoas exerciam e quais as quantidades das mesmas. Como nos mostra o gráfico 5, 40,5% das pessoas respondentes são estagiárias, 35,1% são auxiliares e 24,3% são professoras². Com isso, podemos ver que, de fato, a educação infantil não é constituída apenas com professoras, mas também com auxiliares e estagiárias.

Gráfico 5: Função dos participantes dentro das escolas de educação infantil privadas.

²Devido ao fato de que as pessoas respondentes que relataram ser professoras se identificam com o gênero feminino, a partir deste momento ao citar o cargo de professora o mesmo se dará no pronome feminino.



Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo

Bem como existem certos requisitos para exercer uma função dentro da educação infantil, existem diversas maneiras pelas quais as escolas da infância podem manter um vínculo empregatício com as educadoras. Para o estágio não obrigatório remunerado, de acordo com a Lei nº 11.788/2008 a (o) estudante deve estar regularmente matriculada (o) e frequentando o curso de pedagogia em uma instituição de ensino superior, assinar um termo de compromisso/contrato de estágio (estudante, instituição de ensino e concedente do estágio), além de que a jornada do estágio tem que ser compatível com as atividades do curso da (o) estudante de modo que não haja incompatibilidade nos horários ou que possa atrapalhar seus estudos. Para as professoras, se deve ter ensino superior completo em pedagogia e para as demais profissionais não docentes exige-se o ensino médio completo. Para essas profissionais, normalmente o vínculo empregatício se dá por meio da CLT, contudo, dois respondentes do questionário afirmaram possuir um vínculo empregatício formalizado por meio de contrato de trabalho, os quais geralmente possuem um período determinado de início e término. Os demais respondentes, 51,4% trabalham registrados de acordo com a CLT e 40,5% com contrato de estágio. Vale ressaltar que bem como existem os requisitos para ocupar determinada função também existem suas incumbências, segundo o Art. 13 da Lei Nº 9.394 da LDB as professoras têm a responsabilidade de

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (Brasil, 1996, art.13).

Desta forma, existe a professora que é designada para atuar e responder pelas crianças e responsável pela parte pedagógica, mas também existem as auxiliares desempenhando uma função de auxílio na rotina com as crianças, ligadas na maioria das vezes em atividades de cuidados (Jesus, Ferreira, 2023). Vale ressaltar que o cuidar e o educar são dimensões indissociáveis no trabalho com crianças pequenas, pois cada interação, mesmo as voltadas ao cuidado, carrega um potencial educativo nessa fase. Segundo as autoras Livia Karen Figueredo de Jesus e Lucia Gracia Ferreira não há uma formação específica para exercer a função de auxiliar, podendo variar de acordo com a creche, além de que não existe “uma especificação da função e nem da nomenclatura, pois também pode ser identificada outras como: monitoras, auxiliar de desenvolvimento infantil, assistente de classe, agente educacional etc.” (Jesus, Ferreira, 2023, p.8)

Outros pontos a serem debatidos acerca das condições de trabalho na educação infantil privada são a faixa salarial e a carga horária das educadoras. De acordo com as respostas obtidas do questionário, dezenove pessoas (51,4%) trabalham por um período de 6 horas diárias, sete pessoas (18,9%) trabalham por um período de 8 horas diárias, seis pessoas (16,2%) trabalham por um período de 10 horas diárias e cinco pessoas (13,5%) trabalham por um período de 4 horas diárias. Analisando as respostas, podemos identificar que nem todas as nove professoras respondentes da pesquisa cumprem ou cumpriam a carga horária de meio período (aproximadamente 4 horas e 30 minutos), visto que apenas cinco pessoas indicaram trabalhar ou terem trabalhado por 4 horas diárias, trazendo a questão salarial à tona. A pesquisa aponta que a maioria (62,2%) dos respondentes ganham de um a dois salários mínimos enquanto a minoria (10,8%) ganham de dois a quatro salários mínimos, além de que 24,3% ganham menos de um salário mínimo, ou seja, a educação infantil privada não proporciona uma remuneração adequada, o que pode explicar a possível dupla jornada de algumas professoras, a fim de complementar suas rendas.

Em busca de uma melhor qualidade de vida e condições de trabalho, muitas educadoras procuram novas oportunidades de emprego dentro da educação infantil privada. Conforme a pesquisa, 54,1% dos respondentes mudaram de uma a três vezes de emprego, 27,5% mudaram de três a cinco vezes, enquanto apenas 16,2% nunca mudaram de emprego.

Ademais, um respondente relatou ter mudado de emprego de cinco a oito vezes. Desta forma, a constante busca por um emprego digno resulta em uma alta rotatividade, a qual, segundo todos os respondentes, impacta significativamente na qualidade das interações entre as educadoras e as crianças nas escolas da infância, que por sua vez não melhoram as condições de trabalho e acabam sobrecarregando as educadoras que permaneceram.

Por conseguinte, diversas educadoras possuem um tempo reduzido de permanência nas escolas, conforme aponta a pesquisa. Apenas seis respondentes (16,2%) estão entre um a três anos no mesmo emprego, enquanto doze respondentes (32,4%) estão há menos de um ano. Ademais, apenas dois respondentes estão entre três a cinco anos e cinco a dez anos, respectivamente, no mesmo trabalho. Contudo, 45,9% dos respondentes não atuam mais na área da educação infantil privada, o que revela que, por diversos motivos, as educadoras não permanecem neste campo.

5 MUITO TRABALHO, POUCO SALÁRIO: OS RELATOS DAS EDUCADORAS

Neste capítulo, será apresentado os principais e mais recorrentes relatos das educadoras, tal seleção foi feita com o objetivo de identificar certos padrões e para auxiliar na compreensão acerca das condições de trabalho dentro das escolas da infância privadas tendo em vista que perguntas de múltipla escolha não seriam capazes de capturar toda a vivência e desabafos guardados em seus corações. Por meio de seis perguntas abertas, as educadoras puderam relatar suas experiências profissionais, essas perguntas serão abordadas em subcapítulos a fim de discorrer sobre as queixas predominantes presentes na pesquisa. Como a pesquisa tem caráter exploratório, as pessoas participantes não foram identificadas de nenhuma forma, com isso elas serão identificadas em suas falas como “Participante x, e sua função dentro da educação infantil”, por exemplo “Participante 1, professora”.

5.1 Como você avalia as condições de trabalho na instituição onde atua ou no seu último emprego na educação infantil? (infraestrutura, recursos didáticos, número de alunos por turma, carga horária, demandas diárias, apoio pedagógico, salário, etc.)

O quadro 1 apresenta 14 respostas que representam as principais queixas para a pergunta “Como você avalia as condições de trabalho na instituição onde atua ou no seu último emprego na educação infantil? (infraestrutura, recursos didáticos, número de alunos por turma, carga horária, demandas diárias, apoio pedagógico, salário, etc.)”.

Quadro 1- Respostas à pergunta “Como você avalia as condições de trabalho na instituição onde atua ou no seu último emprego na educação infantil? (infraestrutura, recursos didáticos, número de alunos por turma, carga horária, demandas diárias, apoio pedagógico, salário, etc.)

Identificação dos participantes	Respostas
Participante 4, auxiliar de educação	Nas duas instituições que trabalhei as condições eram péssimas. As salas de aulas eram superlotadas e não acompanhavam a demanda de funcionários. Além disso, as escolas eram omissas à verdade realidade do ambiente escolar, mentiam para os pais sobre: alimentação, sobre as atividades, sobre a quantidade de alunos, etc.. Para mim, fica evidente que as escolas vendem propostas e tendências pedagógicas que não conseguem oferecer.
Participante 5, auxiliar de educação	Péssimo trabalhei somente na rede privada onde a carga horária e exaustiva não tem apoio pedagógico e nem recursos
Participante 6, estagiária(o)	A infraestrutura da escola é muito boa porém o apoio aos funcionários é escasso, escola com grande número de alunos comparado a quantidade de profissionais
Participante 12, professora	Carga horária muito abusiva, sem apoio pedagógico fazendo a função de 3 pessoas e com salário muito abaixo da média
Participante 13, auxiliar de educação	Sinto que faltam auxiliares em todas as salas, a necessidade de funcionários ainda é grande.
Participante 20, auxiliar de educação	Na última instituição privada da qual trabalhei, de um modo geral não condizia com o que ofertava aos pais e alunos.
Participante 26, auxiliar de educação	A escola era pequena, com pouco suporte para as crianças. Não tinha uma boa infraestrutura, escasso de recursos didáticos. Nós que tínhamos que levar, comprar com o dinheiro do bolso. Tínhamos muito pouco apoio da gestão pedagógica. Só sabiam cobrar, exigir o nosso máximo mas nunca viam nosso Léo como educadoras. Nunca fomos reconhecidos pelo nosso trabalho, salário bem inferior que a rede municipal e a cobrança era em dobro.
Participante 30, estagiária(o)	Em escola particular, geralmente, a estrutura é melhor, o número de alunos por sala é menor, possui mais recursos... porém o salário é (bem) menor que da rede pública
Participante 31, professora	Infraestrutura razoável, recursos precários, número alto de alunos, carga horária dentro do recomendado, demandas altas e desgastes para o salário desvalorizado (baixíssimo)
Participante 33, estagiária(o)	Os recursos eram limitados, dependendo da professora levar, com turmas muito grandes para a quantidade de recursos e funcionários. As escolas não estão preparadas para a quantidade de alunos que recebem e não dão suporte aos funcionários para não perde-los, resultando na

	sobrecarga dos que ficam e na constante rotação de funcionários.
Participante 34, auxiliar de educação	Trabalhei como auxiliar "responsável de sala", mas não queriam me registrar como professora. O ensino era apostilado desde o berçário. Na minha sala havia 20 crianças de 4 anos, era cobrado que tivéssemos atividades fora de sala, que fossem construtivistas, mas também queriam a apostila feita, ou seja, a escola também não sabia em qual viés se apoiava. A carga horária era exaustiva, sempre estava cansada e não tinha tempo para nada que não fosse o trabalho, o salário era um pouco a mais que o salário mínimo. Não havia apoio pedagógico, pois não havia coordenador na escola, todo o tempo que estive lá eles estavam em processo de contratar alguém, a única pessoa disponível para conversar era a diretora/mantenedora da escola que não é da área da Educação.
Participante 37, professora	Condições bem precárias; por ser uma escola nova (menos de 1 ano de inauguração) são muito desorganizados, falta material básico, como papel higiênico, banheiros... apesar de falarem que temos apoio quando precisar, na prática não temos nada!
Participante 38, professora	Hoje na rede pública sinto falta de recursos. Quando estava na rede privada sentia que havia muita demanda e pouquíssima valorização. Além da pressão em agradar aos pais.

Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo

Os relatos destacam temas como a falta de recursos e infraestrutura inadequada, como destaca a participante 37 (professora) “[...] *falta material básico, como papel higiênico, banheiros...*” evidenciando que embora existam leis e documentos como “Nossas crianças têm direito a higiene e à saúde” (Brasil, p.13, 2009) nem sempre há a prática correspondente.

A superlotação e a insuficiência de funcionários são outros problemas constantes, como se pode notar, que acabam resultando na sobrecarga das demais educadoras. Deste modo, como realizar um trabalho digno com as crianças ao mesmo tempo que não existe um lugar digno para você? Ou mais, o lugar é digno para as crianças se não é digno para as educadoras?

Os recursos eram limitados, dependendo da professora levar, com turmas muito grandes para a quantidade de recursos e funcionários. As escolas não estão preparadas para a quantidade de alunos que recebem e não dão suporte aos funcionários para não perde-los, resultando na sobrecarga dos que ficam e na constante rotação de funcionários. (Participante 33, estagiária(o)).

Além disso, a questão salarial, mencionada repetidamente nos relatos (e que continuará a ser abordada ao longo do trabalho), destaca que não se trata de um problema isolado, especialmente quando as educadoras estão *“fazendo a função de 3 pessoas e com salário muito abaixo da média”* (Participante 12, professora). Segundo as autoras Bianca Cristina Correa, Júlia Castro e Caroline Barbosa (2016), a desvalorização salarial se torna ainda mais perceptível quando o PNE (2014) estabeleceu a meta 17, voltada para a valorização das professoras e professores: “Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.” (Brasil, 2014a). Ainda segundo Correa (2006), quando há uma grande diferença salarial entre professoras e demais profissionais da educação:

[...] reforça-se a hierarquia, favorecendo condutas autoritárias e, em certo sentido, naturalizando-as. Além disso, a diferenciação salarial funciona como mecanismo de diferenciação entre os sujeitos quanto à importância de cada um no interior do sistema (Correa, 2006, p. 223).

E isso pode acentuar ainda mais a sensação de desvalorização e falta de reconhecimento do trabalho, especialmente quando existem diferentes cargos e salários para desempenhar a mesma função: a de professora. Vale destacar que, pelas normativas e documentos já mencionados anteriormente, a responsabilidade por uma sala deve ser exclusivamente das professoras. No entanto, o relato da participante 34 (auxiliar de educação) mostra outra realidade: *“Trabalhei como auxiliar ‘responsável de sala’, mas não queriam me registrar como professora.”* Esse cenário revela uma prática irregular, na qual se delega a uma auxiliar uma função que não deveria existir, resultando em precarização do trabalho e desvalorização profissional. Desta forma, nota-se que, infelizmente, a valorização ficou apenas no papel.

5.2 As condições do seu trabalho influenciam ou já influenciaram a sua relação com as crianças em sala de aula? Se possível, cite exemplos.

Bem como feito no subcapítulo anterior, este apresenta no quadro 2 as respostas mais recorrentes da segunda pergunta, que trata da possível influência que as condições de trabalho exercem na relação das educadoras com as crianças.

Quadro 2: Respostas à pergunta “As condições do seu trabalho influenciam ou já influenciaram a sua relação com as crianças em sala de aula? Se possível, cite exemplos.”

Identificação dos participantes	Respostas
Participante 2, estagiária(o)	Com um número alto de crianças na sala, fica difícil atuar de maneira adequada, dando a atenção individual que essas crianças precisam.
Participante 3, auxiliar de educação	Já é muito. Em outros ambientes em que trabalhei, questões como o salário, a má gestão e organização da equipe, a falta de suporte da coordenadora afetou e muito minha relação com o meu trabalho diário com as crianças. Estes são os motivos, por exemplo, que me fizeram buscar novas oportunidades e iniciar um novo cargo em outra instituição. Afinal, apenas o trabalho diário com as crianças, embora envolva até mesmo as questões emocionais e afetivas, ainda não são suficientes para manter os empregados felizes e realizados em suas funções, principalmente quando falta incentivo e cuidado com eles.
Participante 4, auxiliar de educação	Sim. Todos esses aspectos acabam sobrecarregando nós educadoras, que em algumas situações acabamos por ficar irritadas em sala de aula ou "descontar" o estresse nas crianças. Falo em "descontar" nesse sentido não em agredir a criança ou algo do tipo, mas sim em não agir da melhor maneira possível em situações de conflito do dia a dia escolar.
Participante 11, auxiliar de educação	Falta de apoio. Muito se fala das crianças, mas no final ninguém cuida de quem cuida. Quantas vezes estamos exaustas pelas quantidades de crianças por sala (14/17) todo o dia, além disso, não temos apoio e incentivo. Ainda mais quando você é recém formada, eu sinto que elas simplesmente ignoram, como se fossem uma recém formada.
Participante 19, professora	Sim, pra se fazer um bom trabalho, o ambiente precisa ser favorável, pressão e cobrança fazem parte do ambiente da escola privada, infelizmente.
Participante 20, auxiliar de educação	Sim. Em uma sala desproporcional alunos por adulto, como ter uma atividade dirigida, contação de história ou mesmo pedagógico com qualidade? A conta não fecha.
Participante 22, professora	Sim, como trabalho o dia todo para ter um salário melhor, às vezes me sinto cansada e não dou o meu melhor.
Participante 29, auxiliar de educação	Sim. Num ambiente onde eram 17 crianças de 3 anos, duas responsáveis (onde uma estava sempre ausente) carregando uma demanda gigantesca por um salário menor que o mínimo, não havia vontade nenhuma de dar o meu melhor e trabalhar bem.

Participante 30, estagiária(o)	Sim, muitas vezes a gente se sente desmotivado e não oferecemos nosso melhor por não acharmos que estamos sendo pagos o suficiente
Participante 33, estagiária(o)	Sim, muitas vezes o esgotamento acaba contribuindo para a perda de paciência e a falta de sensibilidade, comunicação, afeto em sala. Já briguei feio com uma criança que aprontou, por eu estar extremamente esgotada e sendo cobrada sem suporte e sem estrutura para as demandas, fazendo com que a criança chorasse, me senti muito culpada quando ocorreu, pedi mil desculpas, mas ainda hoje tem dias que noto um certo mau humor quando há muitas demandas e pouco suporte.
Participante 34, auxiliar de educação	Sim, às vezes sentia que eu estava exausta demais para dar minha melhor versão para as crianças, não queria brincar com elas e dar minha melhor versão. Lembro de ter chorado várias vezes pensando que eu poderia fazer melhor.

Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo

Como mencionado anteriormente na introdução, o afeto e as relações de cuidado com as crianças estão intrinsecamente ligados ao seu desenvolvimento, sendo parte crucial dentro da rotina nas escolas da infância. Infelizmente, bem como meu relato pessoal, outras educadoras passaram por situações em que se sentiram as “vilãs” da história:

Sim, muitas vezes o esgotamento acaba contribuindo para a perda de paciência e a falta de sensibilidade, comunicação, afeto em sala. Já briguei feio com uma criança que aprontou, por eu estar extremamente esgotada e sendo cobrada sem suporte e sem estrutura para as demandas, fazendo com que a criança chorasse, me senti muito culpada quando ocorreu, pedi mil desculpas, mas ainda hoje tem dias que noto um certo mau humor quando há muitas demandas e pouco suporte.
(Participante 33, estagiária(o)).

Quando há uma alta demanda acompanhada de uma pressão intensa para que tudo saia perfeito, o esgotamento físico e mental é praticamente inevitável, como vemos nos relatos, além de que tais fatores são agravados por salas muito cheias de crianças e vazias de funcionários. No entanto, é importante lembrar que, mesmo sob tais circunstâncias, devemos sempre tratar as crianças com respeito e cuidado, pois as creches e jardins de infância devem ser um ambiente seguro e acolhedor. Nesse sentido, será mesmo que conseguimos garantir que em todos os dias “A criança é ouvida” (Brasil, p.15, 2009) ? Será mesmo que sempre “Conversamos e somos carinhosos com as crianças no momento da troca de fraldas e do banho” (Brasil, p.15, 2009) ? É fato que, bem como cita a Participante 19 (professora):

“pressão e cobrança fazem parte do ambiente da escola privada, infelizmente.”, contudo, é injustificável que qualquer educadora esteja inserida em um ambiente hostil a ponto de:

[...] que em algumas situações acabamos por ficar irritadas em sala de aula ou "descontar" o estresse nas crianças. Falo em "descontar" nesse sentido não em agredir a criança ou algo do tipo, mas sim em não agir da melhor maneira possível em situações de conflito do dia a dia escolar. (Participante 4, auxiliar de educação).

Relatos como este corroboram que as condições de trabalho das educadoras impactam diretamente suas interações com as crianças, uma vez que as rotinas exaustivas, demandas excessivas e salários baixíssimos acabam gerando um alto nível de estresse, que inevitavelmente acaba por ser refletido nas crianças. Portanto, se faz necessário o suporte adequado para as educadoras, garantindo que possam desempenhar suas funções de maneira saudável e segura e que o ambiente da educação infantil seja acolhedor para todos.

5.3 Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nas condições de trabalho na educação infantil na rede privada de ensino?

O anseio por melhorias nas condições de trabalho é uma constante na vida das educadoras da educação infantil da rede privada, sendo uma das principais queixas das mesmas. Segundo Lucia Lombardi (2012), enquanto parte de um coletivo trabalhador, estamos sempre na luta por melhorias nas condições de trabalho, e quando pensamos no trabalho docente, existem outros fatores que são diretamente ligados a ele, e que dão suporte ou não para as professoras, auxiliares e estagiárias, bem como:

formação; materiais de ensino; saúde; instalações físicas das escolas; relações entre pares; salário; progressão na carreira; controles externos; participação e democratização; e reais condições de vida dentro e fora da escola. Cada um desses constituintes pode afetar diretamente o fazer pedagógico, representando tanto desgastes quanto avanços no exercício da profissão (Lombardi, 2012).

No quadro 3, a seguir, destacam-se as falas mais recorrentes e impactantes dentro dessa temática.

Quadro 3: Respostas à pergunta “Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nas condições de trabalho na educação infantil na rede privada de ensino?”

Identificação do participante	Resposta
Participante 1, estagiária(o)	Investimento na contratação de mais profissionais,

	incentivo à formação continuada em horário de trabalho e apoio psicológico para docentes e crianças, pelo menos semanal.
Participante 2, estagiária(o)	Aumento do número de professoras e estagiários, manutenção da infraestrutura e apoio para saúde mental, para alunos e professoras.
Participante 3, auxiliar de educação	Diversas coisas. Principalmente o salário, os benefícios, a gestão pedagógica.
Participante 4, auxiliar de educação	Aumentar o piso salarial das educadoras no geral e melhorar a infraestrutura das escolas.
Participante 8, auxiliar de educação	Muitas escolas privadas já na educação infantil iniciam o processo de alfabetização, ao ouvir alguns relatos percebe-se que se tem uma cobrança muito grande logo cedo nessas crianças, quando na verdade era para eles estarem brincando.
Participante 9, estagiária(o)	Valorização de quem atua nas idades iniciais. Relatei boas condições, mas as professoras da creche são contratadas como auxiliares, sem perspectiva do reconhecimento de sua atuação.
Participante 11, auxiliar de educação	Compaixão, respeito e dignidade
Participante 14, auxiliar de educação	Muitas coisas, mas a maior delas é tratar o educador de escola privada com respeito, uma coisa que senti nas duas instituições que já trabalhei foi o como veem o educador como alguém substituível, já estive em uma turma que em torno de 3 meses, mudaram a professora, e trocaram a outra auxiliar 3 vezes, demitindo e contratando outra, lembro que no cenário eu era o rosto mais conhecido, o que acabou por afastar as crianças dos demais, me deixava muito mais cansada pq eu acabava por fazer mais o papel da professora do que ela, ganhando muito menos. Nas redes privadas falta o olhar pedagógico, o respeito com o processo da criança, querem que tudo seja muito rápido pra criança atingir níveis muito altos em pouco tempo.
Participante 19, professora	Menos tradicionalismo, mais liberdade de trabalho docente e protagonismo das crianças, fundamentados no brincar, desenvolvendo aspectos sociais, motores e cognitivos.
Participante 22, professora	O salário.
Participante 25, estagiária(o)	Pensar mais na criança e não no lucro e no instagram
Participante 29, auxiliar de educação	Valorização dos profissionais, comunicação não violenta, humanizar o tratamento entre funcionários.
Participante 30, estagiária(o)	O salário é o apoio aos professores, visto que os pais são tratados que nem clientes e dificilmente vão ser contrariados

Participante 31, professora	Melhor remuneração para toda a equipe escolar, ampliação do quadro de funcionários, aquisição de recursos novos, melhora na infraestrutura como parque e salas de aula!
Participante 32, estagiária(o)	Dar mais espaço para o brincar, sem pressão para o ensino e aprendizagem da criança. O salário do educador deveria ser maior
Participante 34, auxiliar de educação	Praticamente tudo, ouvindo relatos de colegas da profissão eu vejo que a maioria das escolas particulares quer muito trabalho, com muita carga horária e o salário baixo.
Participante 36, professora	Carga horária é salário
Participante 37, professora	Melhores leis para regulamentar, e MUITA fiscalização, várias escolas estão abertas sem o mínimo de estrutura para atuar.
Participante 38, professora	Se deixassem de enxergar o profissional como descartável (principalmente em instituições pequenas) e passasse a tratá-los com mais valorização e de forma ética já melhorava bastante.

Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo.

A valorização (ou desvalorização) é aspecto central dos relatos destacados pelas educadoras, visto que elas expressaram uma grande insatisfação com a baixa remuneração, que é tema recorrente nas falas das educadoras. A luta por salários dignos é praticamente inerente quando se trata da classe trabalhadora das professoras, e quando comparamos os pisos salariais entre professoras da rede pública com os da rede privada a discrepância torna-se ainda mais evidente. Segundo o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro SP), o piso salarial para o ano de 2024 é de R\$1.948,17 (aproximadamente 1,2 salários mínimos) mensais para professoras da educação infantil e do ensino fundamental até o quinto ano com carga horária de 22 horas semanais, em contrapartida, o Ministério da Educação (MEC) definiu o piso salarial de 2024 para as professoras da educação básica na rede pública em R\$ 4.580,57, (aproximadamente 3 salários mínimos) escancarando o descaso com as educadoras que trabalham em escolas da infância particulares.

Ainda acerca da desvalorização para com tais profissionais, Cerisara (1996) discute a construção da identidade das educadoras da educação infantil associando a falta de reconhecimento de seu trabalho a grande desvalorização da educação infantil e ao fato da profissão ser fortemente ligada à figura feminina, bem como já visto anteriormente na história da educação infantil no Brasil e confirmado mais uma vez pela pesquisa realizada. Esse

aspecto é ainda mais preocupante, pois segundo Mirian Lourdes Ferreira dos Santos Silva (2001) quando as educadoras se encontram em situações de desvalorização, e consequentemente, de sobrecarga, as relações de afeto e respeito entre as educadoras e as crianças são significativamente afetadas, tendo em vista que os baixos salários contribuem para um grande desgaste nas educadoras, causando uma ruptura nos vínculos saudáveis com as crianças e afetando também a qualidade do trabalho pedagógico.

A participante 8 (auxiliar de educação) reflete: *“Muitas escolas privadas já na educação infantil iniciam o processo de alfabetização, ao ouvir alguns relatos percebe-se que se tem uma cobrança muito grande logo cedo nessas crianças, quando na verdade era para eles estarem brincando.”* Ou seja, não só existe uma cobrança enorme em cima de crianças muito pequenas, mas também nas educadoras para que elas façam o possível e o impossível para alfabetizar crianças que deveriam estar brincando. Segundo as autoras Suzana Marcolino e Maria Walburga dos Santos (2021) a brincadeira é um princípio da prática pedagógica, ou seja, quando se inicia um processo de alfabetização tão precocemente, também se tira um direito da criança a brincadeiras de boa qualidade, visto que muitas vezes se tira a importância de pensar nos tempos, espaços e objetos para brincar.

Com isso, observamos que as educadoras “dispõem de conhecimentos sobre desenvolvimento infantil” (Brasil, p.34, 2009) e “são elementos chave para garantir o bem-estar e o desenvolvimento da criança” (Brasil, p.34, 2009) e mesmo assim continuam sendo *“alguém substituível”* (Participante 14, auxiliar de educação), quando muitas das vezes, bem como as crianças, nós apenas queremos *“Compaixão, respeito e dignidade”* (Participante 11, auxiliar de educação).

5.4 Para você, qual o maior desafio da educação infantil em escolas particulares nos dias de hoje?

Os desafios enfrentados no dia a dia da educação infantil privada são diversos, como já discutido desde o início deste trabalho. Tendo isso em mente, este subcapítulo apresentará uma análise às respostas recorrentes dadas à pergunta: “Para você, qual o maior desafio da educação infantil em escolas particulares nos dias de hoje?”, com o objetivo de entender quais são os principais desafios enfrentados pelas educadoras. A seguir, uma tabela com as principais respostas coletadas.

Quadro 4: Respostas à pergunta “Para você, qual o maior desafio da educação infantil em escolas particulares nos dias de hoje?”

Identificação do participante	Resposta
Participante 2, estagiária(o)	O número excessivo de alunos por sala.
Participante 4, auxiliar de educação	Além de lidarmos com a desvalorização do piso salarial que acaba nos desmotivando, para mim a ideia de oferecer uma educação "perfeita" nas redes privada é muito desgastante. As escolas privadas querem que mordidas, machucados e conflitos não aconteçam, mas isso é comum devido a faixa etária que estamos lidando.
Participante 5, auxiliar de educação	Relacionamento com os pais
Participante 9, estagiária(o)	Conseguir trazer sua própria abordagem dos temas trabalhados por ter que seguir o planejamento da escola à risca. Além disso, algo muito presente na rede privada é o sistema apostilado. Meus alunos de 2-3 anos já precisam fazer essas atividades e como funcionária não há o que fazer para desacelerar esse processo.
Participante 15, auxiliar de educação	O respeito das crianças e a metodologia de ensino está muito fraca, a alfabetização está acontecendo muito tarde além da idade que deveriam estar alfabetizadas, isso vem da metodologia e material didático desde o primeiro contato na escola.
Participante 18, estagiária(o)	Os pais
Participante 20, auxiliar de educação	Fazer todos entenderem que creche não é depósito de criança.
Participante 21, professora	Sala numerosa
Participante 22, professora	As famílias.
Participante 26, auxiliar de educação	Os pais, pois eles acham que por estar pagando a escola deve acatar todas as suas exigências.
Participante 30, estagiária(o)	Desvalorização do professor e da Educação em si
Participante 31, professora	Lidar com as altas expectativas da parte da gestão e famílias, tendo pouco apoio e recursos para isso!
Participante 34, auxiliar de educação	Desvalorização dos docentes, a maioria quer que a gente assuma como auxiliar e fique responsável pela sala.
Participante 37, professora	A falta de seriedade, de acharem que qualquer pessoa pode entrar na educação infantil e dar aula, pois é só “brincar e trocar fralda”, mas não realidade vai muito além, é necessário pesquisa e dedicação

Participante 38, professora	Da minha experiência, o maior desafio foi deixar de fazer pensando no que os pais verão (salas decoradas, atividades esteticamente bonitas mas que teve pouco contato da criança em si) e focar mais no que é importante pra criança. Além da falta de ética das gestões, que geralmente colocam professoras com registro de auxiliar, pagam um salário muito abaixo do piso, etc.
-----------------------------	--

Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo.

Considerando as respostas do quadro acima, pode-se notar que as crianças foram pouquíssimas vezes citadas como um desafio dentro da educação infantil particular, no passo que as famílias estão presentes na maioria dos relatos das educadoras. Um cenário possível, como já citado no capítulo 2, seria de que as mulheres estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, ficando mais tempo fora de casa, e deixando de cumprir um papel que é historicamente demandado a elas: cuidar dos filhos. Certamente a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi um processo de muita luta para que de fato acontecesse e continue acontecendo, e as creches e jardins da infância, por muitas vezes, são cruciais para que elas possam trabalhar. Contudo, as escolas da infância não são redes de apoio e a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB 9.394/96, Art. 29.), e mesmo que para muitos ela seja essencial para o bom funcionamento da rotina familiar e faça a função de rede de apoio, ela não é!

De acordo com Silva et al.:

A falta de tempo da família para acompanhar a vida escolar do filho dificulta a relação família-escola. Outro aspecto relevante [...] é o equívoco que algumas famílias cometem tratando a professora como “babá” [...] os pais querem ensinar a professora o que deve ser trabalhado em sala de aula. (Silva et al., 2010, p.157)

Isso só confirma a desvalorização gigantesca existente na sociedade para com as educadoras da educação infantil, bem como cita a participante 37 (professora):

A falta de seriedade, de acharem que qualquer pessoa pode entrar na educação infantil e dar aula, pois é só “brincar e trocar fralda”, mas não realidade vai muito além, é necessário pesquisa e dedicação.

Além disso, por se tratar de escolas infantis particulares, nas quais para além da educação há um foco no lucro, existe uma pressão externa vinda dos pais, que pagam as mensalidades para que as crianças estudem lá. Ou seja, mais crianças, significam mais

números e mais lucro, fazendo com que assim a escola da infância aos poucos se torne *depósito de criança*. (Participante 20, auxiliar de educação). Esse processo de mercantilização da educação infantil ainda causa uma grande pressão nas educadoras para que o trabalho desenvolvido impecável e ao mesmo tempo esteticamente bonito e sem incidentes que são comuns na rotina com crianças pequenas *“Além de lidarmos com a desvalorização do piso salarial que acaba nos desmotivando, para mim a ideia de oferecer uma educação “perfeita” nas redes privada é muito desgastante”* (Participante 4, auxiliar de educação), desta maneira, não somente a coordenação mas também os pais gerem a vida das educadoras.

Portanto, ao considerar todos os relatos e vivências das educadoras que abrangem desde a desvalorização profissional até a dificuldade em manter uma relação saudável com as famílias, observa-se uma interligação entre esses fatores, tendo em vista que a desvalorização salarial e profissional gera um grande desgaste emocional e físico, que vem acompanhado de salas superlotadas e alta rotatividade de funcionários. Tais aspectos implicam na relação com as crianças e no trabalho pedagógico realizado em sala de aula, trabalho este que é frequentemente questionado pelos pais, e assim, cria-se um grande ciclo vicioso e cruel que afeta as partes envolvidas.

5.5 Gostaria de expressar algo ou alguma experiência que acredite ser relevante para a pesquisa? Por favor, digite aqui.

Por fim, a última pergunta aberta do questionário contou com respostas ou desabafos dos mais diversos tópicos que envolvem a educação infantil privada, em vista de que as pessoas participantes puderam expressar algo não dito ou alguma experiência que achasse que fosse significativa. Dito isso, o quadro 5 retrata todas as respostas dadas a última pergunta.

Quadro 5: Respostas à pergunta “Gostaria de expressar algo ou alguma experiência que acredite ser relevante para a pesquisa? Por favor, digite aqui.”

Identificação do participante	Resposta
Participante 1, estagiária(o)	Parabéns pela pesquisa!
Participante 2, estagiária(o)	Ótima pesquisa!
Participante 4, auxiliar de educação	Já trabalhei em escolas que tinham problemas sanitários e que ofereciam perigo à saúde das crianças. Era comum que ratos entrassem a noite na cozinha da escola e comessem os alimentos da dispensa, esses alimentos eram oferecidos para as

	crianças ao longo das refeições do dia.
Participante 5, auxiliar de educação	Acredito que a relação escola e família na rede privada desgasta demais o professor onde é vendido pros pais que os filhos são únicos em sala de aula quando q nos bastidores a realidade é muito diferente o que e vendido não é o mesmo que a escola proporciona
Participante 9, estagiária(o)	Não.
Participante 10, estagiária(o)	Não
Participante 11, auxiliar de educação	Acho que até falei demais
Participante 15, auxiliar de educação	Cada vez se contrata menos professores e aumenta mais o número de auxiliares e estagiárias, muitas vezes fazendo o papel do professor.
Participante 16, estagiária(o)	Experiência pessoal não, porém meu desejo pessoal é que a educação no Brasil seja um tema mais considerado relevante e que os investimentos de fato sejam feitos e adquiridos dentro do ensino público.
Participante 19, professora	A neurociência está aí para ajudar e facilitar o trabalho docente, àqueles que pesquisam e entendem o cérebro da criança, desenvolvem um excelente trabalho na Educação Infantil, sem pular etapas e adiantar conteúdos desnecessários para o desenvolvimento dos pequenos.
Participante 22, professora	Não.
Participante 29, auxiliar de educação	Tive diversas experiências, boas e ruins, mas minha convicção não mudou mesmo após isso, acredito ainda mais como a educação pode ser transformadora, principalmente na primeira infância.
Participante 30, estagiária(o)	Cobrança do estagiário como se fosse um contratado efetivo
Participante 32, estagiária(o)	Não
Participante 37, professora	Não
Participante 38, professora	Não

Fonte: dados recolhidos por Melissa Alves Camargo.

Diferentemente dos outros quadros apresentados anteriormente, este conta com todas as respostas dadas a última pergunta aberta, à luz de que por se tratar de uma pergunta a qual os participantes poderiam expressar seus últimos anseios e vivências que não couberam nas demais perguntas feitas. Esses últimos relatos feitos ressaltam o que este trabalho se propôs a

mostrar: a conexão das condições de trabalho na educação infantil privada com o impacto na interação adulto/criança.

Embora não haja tantas respostas como para as demais perguntas, estas são suficientes para evidenciar a árdua, intensa e, porém, gratificante trajetória até aqui. Mais do que isso, reafirmam a importância de reconhecer quem está por trás de cada conquista das crianças pequenas. Este trabalho é delas e por elas: as educadoras brasileiras!

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo compreender as condições de trabalho das educadoras da educação infantil privada e seus possíveis impactos na relação adulto criança. A partir de pesquisa exploratória descritiva qualitativa e bibliográfica foi possível identificar aspectos da história da educação infantil privada do Brasil que se mantém até hoje, como por exemplo: escolas da infância vistas como assistencialistas, trabalho majoritariamente realizado e pesquisado por mulheres, pouco (ou nenhum) reconhecimento salarial e profissional, por se tratar de uma educação privada ela se torna elitista, dentre outros.

É válido ressaltar que o levantamento apresentado neste trabalho fornece um quadro inicial para o debate sobre a temática, considerando os limites inerentes a um Trabalho de Conclusão de Curso. Embora tenha sido possível identificar e discutir aspectos relevantes, a complexidade do tema exige um aprofundamento maior, que ultrapassa o escopo desta pesquisa. Dito isso, reforço a necessidade de novos estudos nessa área para que se ampliem as discussões e novas compreensões, principalmente quando se trata do setor educacional privado, que pode ser um assunto tão nebuloso.

Com base nos relatos das educadoras pode-se constatar que a qualidade do ambiente de trabalho, abrangendo aspectos como carga horária, remuneração, suporte institucional e infraestrutura, exerce, de fato, uma relação direta com as crianças, seja ela positiva ou negativa, tendo em vista que tais aspectos acabam sobrecarregando e desmotivando as educadoras, bem como retratado nas respostas.

Outro ponto amplamente abordado nos relatos foi a dificuldade em estabelecer uma relação saudável com as famílias, em vista de que elas não reconhecem a devida importância do trabalho pedagógico realizado dentro das escolas da infância, bem como a sociedade em si.

Além disso, as famílias (muitas vezes apoiadas por uma gestão omissa) idealizam um ambiente irreal, sem incidentes (mesmo aqueles corriqueiros) e esperam que as professoras e demais educadoras estejam sempre a disposição para realizar suas vontades individuais. Em muitos casos, acaba por se tornar realidade quando a educação é mercantilizada, priorizando o lucro acima de tudo, ou seja, crianças são tratadas como números, e números representam dinheiro.

Desta forma, este trabalho transparece não apenas a necessidade de uma real implementação das leis e documentos existentes que asseguram um ambiente saudável para educadoras e crianças, mas também órgãos responsáveis pela fiscalização, cobrança e zelo pelo bem estar de todas as pessoas diretamente envolvidas na educação infantil privada, isso inclui desde a infraestrutura até uma remuneração e carga horária justas. A valorização da educação infantil e das educadoras é essencial para garantir a qualidade na educação, além de fortalecer as relações interpessoais e de afeto, que constituem parte crucial na formação da criança pequena.

Seria impossível finalizar este trabalho sem reconhecer a importância de cada pessoa que participou voluntariamente da pesquisa realizada através do questionário, sem a colaboração dessas educadoras e educadores este trabalho não teria a fundamentação que teve para elucidar a realidade vivenciada dentro da educação infantil privada. Ao ouvirmos as educadoras, também ouvimos as crianças.

REFERÊNCIAS

ACEITUNO, Gabriela. Aspectos históricos da creche pública em Sorocaba a partir das memórias de seus protagonistas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/17204>.

ADRIÃO, T.; BORGHI, R.; DOMICIANO, C. A. Educação infantil, ensino fundamental: inúmeras tendências de privatização. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 4, n. 7, 2012. DOI: 10.22420/rde.v4i7.87. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/87>. Acesso em: 12 out. 2024.

AGUIAR, B. C. L. de. A INSTITUIÇÃO CRECHE: APONTAMENTOS SOBRE SUA HISTÓRIA E PAPEL. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 7, n. 7, 2009. DOI: 10.14572/nuances.v7i7.133. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/133>. Acesso em: 10 out. 2024.

ANDRES, Fabiane da Costa et al. A utilização da plataforma Google Forms em pesquisa acadêmica: relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020. Disponível em <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7174>> Acesso em: 16 de agosto de 2024.

ARRUDA, Fabrícia Íris de. JÚNIOR, Francisco De Assis Da Macena. PAIVA, Letícia Luana Dionísio da Silva. A pedagogia do afeto e sua influência no desenvolvimento das crianças na educação infantil. **E-book VII CONEDU 2021 - Vol 01...** Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82040>>

BARRETO, Ângela M. R. F. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil, v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Manual para os jardins de infância: ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira – 1882. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena. Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 506-518, set. 2016. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000300506&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:

Senado Federal, 1988, 305 p.

_____. Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9661.htm>. Acesso em: 26 out. 2024.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 set. 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 out. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ceb-n-1-de-17-de-outubro-de-2024-591687293>. Acesso em: 31 jan. 2025.

_____. Ministério da Educação. Divulgado novo valor do piso salarial dos professores. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/divulgado-novo-valor-do-piso-salarial-dos-professores>>. Acesso em: 14 dez. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. 2ª ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2025.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014.

CERISARA, A. B. A construção da identidade das profissionais de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional. 1996. 135 f. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 326-345, set. 2002.

CORREA, B. C.; CASTRO, J.; BARBOSA, C. Gestão da educação infantil: apontamentos sobre cargos, jornadas e salários. FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação, [S. l.], v. 6, 2016. DOI: 10.17648/fineduca-2236-5907-v6-68624. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/68624>. Acesso em: 3 fev. 2025.

CORREA, Bianca Cristina. Democratização da Gestão Escolar na Educação Infantil: um caso e seus múltiplos significados. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

FORTE, B. Por que o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm> Acesso em: 26 out. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GARCIA, T. G.; ADRIÃO, T.; ARELARO, L. R. G. O Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna na Rede municipal de ensino de São José do Rio Preto: consequências para a gestão educacional. **Revista FAED - UNEMAT**, v. 18, p. 123-142, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90* Brasília: Ipea, 2001. Texto para discussão n. 807.

JESUS, L. K. F. . de; GRACIA FERREIRA , L. Qual a origem do saber do auxiliar de classe? Estudo sobre o não lugar profissional. **Roteiro**, [S. l.], v. 48, p. e32247, 2023. DOI: 10.18593/r.v48.32247. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/32247>. Acesso em: 11 jan. 2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A pré-escola em São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

KUHLMANN JR., Moisés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Histórias da educação infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 5–18, maio 2000.

LOMBARDI, Lucia Maria Salgado dos Santos. Docentes da primeira infância: condições de vida, de trabalho e de formação profissional. Anais do XVI ENDIPE Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Campinas, 2012.

MANNING, Peter K., Metaphors of the field: varieties of organizational discourse, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, December 1979, pp. 660-671.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

MARCOLINO, Suzana; SANTOS, Maria Walburga dos. A brincadeira como princípio da prática pedagógica na educação infantil: brincar, participar, planejar. Debates em Educação, [S. l.], v. 13, n. 33, p. 287–311, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n33p287-311. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/1268>

MARIZ, Josilene Pinheiro; SILVA, Bianca Souza da; SILVA, João Leonel de Farias. Por uma formação plurilíngue e intercultural no desenvolvimento integral da criança. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 6, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334690561_Por_uma_formacao_plurilingue_e_intercultural_no_desenvolvimento_integral_da_crianca> . Acesso em: 29 de julho de 2024.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

OLIVEIRA, Z. M. R., & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (1986). Propostas para atendimento em creches no município de São Paulo. Cadernos de Pesquisa , 56, 39-65

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>>. Acesso em: 5 out. 2024

PREFEITURA DE SOROCABA. Edital nº 01/2020. Concurso Público para o cargo de Professor de Educação Básica I. Sorocaba: Prefeitura de Sorocaba, 2020. Disponível em: <https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/MTYzMTY5NA%3D%3D>. Acesso em: 07 nov. 2024.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa. **Enfoques epistemológicos e metodológicos**, v. 2, 2008.

RIZZO, Gilda. Educação pré-escolar 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 177–194, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643915>. Acesso em: 26 out. 2024

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Aicyr Lomonte da; MONTENEGRO, Maria Eleusa; SALVIANO, Ana Regina Melo; PINTO, Celeida B. Garcia Cintra; SANTOS, Elenice Ribeiro dos; MELO, Marianna Dantas Guimarães de. A percepção dos professores quanto à escola particular de educação infantil. *Universitas Humanas*, v. 7, n. 1-2, p. 113-126, 2010. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/download/1311/1285>>. Acesso em: 2 jan. 2025.

SILVA, Denise Madeira de Castro e. A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e248770, 2022. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022022000100202&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVA, M.L.F.S. **Análise das dimensões afetivas nas relações professor-aluno**. Campinas, Unicamp: FE 2001.

SINPRO SP. Convenção Coletiva dos Professores da Educação Básica 2024-2025. Disponível em: <<https://www.sinprosp.org.br/convencoes-e-acordo/2/142/4180>>. Acesso em: 14 dez. 2024.

VIEIRA, Livia Fraga; OLIVEIRA, Tiago Grama. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, v. 46, n. 32, p. 131-154, 2013.

APÊNDICE A - Questionário**1. Qual a sua idade?**

- ☐ 18 a 25 anos
- ☐ 25 a 35 anos
- ☐ 35 a 45 anos
- ☐ 45 a 55 anos
- ☐ 55 anos ou mais

2. Qual sua identidade de gênero?

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não informar
- outro

3. Como você se autodeclara?

- ☐ Branco
- ☐ Preto
- ☐ Pardo
- ☐ Indígena
- ☐ Amarelo
- Prefiro não informar

4. Qual é o seu nível de formação?

- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Pós-graduação

☐ Outros: _____

5. Em caso de ensino superior completo e/ou pós-graduação, qual o curso e/ou pós-graduação?

6. Qual é (ou era) sua função dentro da escola?

☐ Estagiária(o)

☐ Auxiliar de educação

☐ Professora / professor

Outro:

7. Quantos anos você atua ou atuou na área da Educação Infantil?

☐ Menos de 1 ano

☐ 1 a 3 anos

☐ 3 a 5 anos

☐ 5 a 10 anos

☐ 10 a 15 anos

☐ 15 ou mais anos

8. Qual é (ou era) a sua carga horária?

☐ 4 horas

☐ 6 horas

☐ 8 horas

☐ 10 horas

☐ 12 ou mais horas

9. Qual é (ou era) sua faixa salarial?

- ☐ Menos de um salário mínimo
- ☐ De um a dois salários mínimos
- ☐ De dois a quatro salários mínimos
- ☐ Cinco ou mais salários mínimos

10. Qual é (ou era) seu tipo de vínculo empregatício?

- ☐ Contrato de estágio
- ☐ Contrato de trabalho
- ☐ CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)
- ☐ Outro:

11. Com qual faixa etária você trabalha? (Caso não esteja mais na educação privada ou na área da educação, responda qual foi sua última experiência)

- ☐ 0 a 1 ano
- ☐ 1 a 2 anos
- ☐ 2 a 3 anos
- ☐ 3 a 4 anos
- ☐ 4 a 5 anos
- ☐ 5 a 6 anos

12. Você já trabalhou em mais de uma instituição de ensino na sua carreira? Se sim, quantas vezes você mudou de instituição?

- ☐ Nunca mudei de instituição

- ☐ Uma a três vezes
- ☐ Três a cinco vezes
- ☐ Cinco ou mais vezes
- ☐ Oito a dez vezes
- ☐ Dez ou mais vezes

**13. Você está trabalhando na área da educação infantil na rede privada atualmente?
Se sim, quanto tempo está no seu emprego atual?**

- ☐ Menos de um ano
- ☐ Entre um e três anos
- ☐ Três a cinco anos
- ☐ Cinco a dez anos
- ☐ Dez anos ou mais
- ☐ Não estou mais na área da educação infantil

14. Você acredita que a rotatividade de educadoras impacta na qualidade da interação entre educadoras e crianças?

- ☐ Sim, impacta significativamente
- ☐ Não, não vejo impacto significativo
- ☐ Não tenho opinião formada sobre isso

15. Como você avalia as condições de trabalho na instituição onde atua ou no seu último emprego na educação infantil? (infraestrutura, recursos didáticos, número de alunos por turma, carga horária, apoio pedagógico, salário, etc.)

16. As condições do seu trabalho influenciam ou já influenciaram a sua relação com as crianças em sala de aula?

17. Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nas condições de trabalho na educação infantil?

18. Para você, qual o maior desafio da educação infantil nos dias de hoje?

19. Gostaria de expressar mais algum comentário? Por favor, digite aqui

APÊNDICE B- Todas as respostas do questionário

I- Como você avalia as condições de trabalho na instituição onde atua ou no seu último emprego na educação infantil? (infraestrutura, recursos didáticos, número de alunos por turma, carga horária, demandas diárias, apoio pedagógico, salário, etc.)

Identificação dos participantes	Respostas
Participante 1, estagiária (o)	Infraestrutura razoável, porém sem recursos diversificados como livros, tablets, e lousa digital. Apoio Pedagógico participativo da coordenação, mas com corpo docente em atrito, o que na minha opinião influenciava no projeto pedagógico da escola.
Participante 2, estagiária (o)	Boa infraestrutura, mas falta material pedagógico. Excesso de alunos por docente e estagiários.
Participante 3, auxiliar de educação	Na instituição que atuo agora, as condições de trabalho no geral são boas. A infraestrutura é muito boa, pois existem muitos espaços para brincar e realizar atividades, já os recursos didáticos atualmente não estão muito bons, pensando que trabalho em uma escola de grande porte e que é uma das mais caras da região de Sorocaba, falta sim certos materiais para serem utilizados com os alunos. O número de alunos por turma é outra coisa que podia ser melhor organizada, tendo em vista que tenho 18 alunos em uma turma de pré-escola (ou seja, a turma que antecede o primeiro ano do fundamental), onde já iniciamos os processos de alfabetização, 18 alunos é uma quantidade complicada de se trabalhar, pensando

	no contexto de escola privada. Apoio pedagógico é outro tópico difícil, sinto que falta muito suporte para as professoras e auxiliares, principalmente com questões do dia a dia. Já o salário, atualmente não posso reclamar pois trabalho em um contexto onde a remuneração é um pouco acima da média, visto que a escola que trabalho exige certas qualificações como o uso do inglês como língua principal com os alunos.
Participante 4, auxiliar de educação	Nas duas instituições que trabalhei as condições eram péssimas. As salas de aulas eram superlotadas e não acompanhavam a demanda de funcionários. Além disso, as escolas eram omissas à verdade realidade do ambiente escolar, mentiam para os pais sobre: alimentação, sobre as atividades, sobre a quantidade de alunos, etc.. Para mim, fica evidente que as escolas vendem propostas e tendências pedagógicas que não conseguem oferecer.
Participante 5, auxiliar de educação	Péssimo trabalhei somente na rede privada onde a carga horária e exaustiva não tem apoio pedagógico e nem recursos
Participante 6, estagiária(o)	A infraestrutura da escola é muito boa porém o apoio aos funcionários é escasso, escola com grande número de alunos comparado a quantidade de profissionais
Participante 7, estagiária (o)	A última escola em que trabalhei era um colégio de elite mais afastado, tinha uma proposta construtivista super bacana na teoria, mas na prática era bem diferente pois as professoras não eram bem capacitadas, o que tornava o trabalho frustrante
Participante 8, auxiliar de educação	Pensando em infraestrutura para educação infantil, a escola em que trabalho se encaixa muito bem, o único fator é que as fases finais da educação infantil possuem salas em andares, ou seja, precisam subir escada, o que me preocupa um pouco. Os recursos didáticos e o número de alunos por turma é ótimo. E quanto a apoio pedagógico, salário e carga horária também acho ótimo.
Participante 9, estagiária (o)	As condições de trabalho são boas.
Participante 10, estagiária (o)	Bom
Participante 11, auxiliar de educação	Eu trabalhei em uma rede conveniada da prefeitura, posso dizer que a escola não tinha estrutura para as crianças e isso acabava gerando um desgaste nelas. Não tinha uma área verde de qualidade, um tanque de areia e brinquedos.

	Os recursos eram bons, já que tínhamos que seguir as normas da prefeitura. A carga horária é e ainda vai ser uma questão intensa demais, trabalhamos mais que as da prefeitura e o salário é muito pouco, sem falar daquelas que trabalham em escola particular que o horário é maior e o salário menor.
Participante 12, professora	Carga horária muito abusiva, sem apoio pedagógico fazendo a função de 3 pessoas e com salário muito abaixo da média
Participante 13, auxiliar de educação	Sinto que faltam auxiliares em todas as salas, a necessidade de funcionários ainda é grande.
Participante 14, auxiliar de educação	A infraestrutura e os recursos eram ótimos, a quantidade de aluno era boa, tinha em torno de 10-12 alunos para 3 adultos (professora e duas auxiliares), em relação a salário não era tão bom, era em torno de 1 salário mínimo fazendo quase a mesma função de professor que ganhava 4x mais. Não tinha apoio pedagógico algum.
Participante 15, auxiliar de educação	Meu último trabalho foi em um colégio impecável em todos os sentidos.
Participante 16, estagiária (o)	Nunca trabalhei na educação infantil, mas nas escolas que já fui estagiária, vi que faltam recursos e estrutura de qualidade dentro da educação infantil.
Participante 17, estagiária (o)	CEI 40 DUZOLINA
Participante 18, estagiária (o)	Eu gosto da escola que trabalha, o recurso e número de alunos são bons a carga horária também, só o valor do estágio que não favorece, pois é pouco.
Participante 19, Professora	Boas condições de trabalho e suporte pedagógico
Participante 20, auxiliar de educação	Na última instituição privada da qual trabalhei, de um modo geral não condizia com o que ofertava aos pais e alunos.
Participante 21, professora	Faltava uma boa estrutura e sala numerosa
Participante 22, professora	O salário está baixo, mas o restante está muito bom.
Participante 23, estagiária (o)	Infraestrutura: ótima, visto que é uma escola particular de classe alta, onde os materiais estão à disposição. Número de alunos: máximo 25 alunos, atualmente tem 23, um número considerável, porém precisaria de mais uma auxiliar para as atividades serem concluídas com calma e eficácia. Carga horária: 6 horas, podendo "dobrar" caso queira.

	Apoio pedagógico: aceitável, quando necessário estão ali. Salário: bom, mas poderia melhorar.
Participante 24, estagiária (o)	
Participante 25, estagiária (o)	Mediana. Apesar de ser uma escola com um espaço legal, era do pré até o ensino médio e, apesar da educação infantil ter uma área só dela, não era muito ideal.
Participante 26, auxiliar de educação	A escola era pequena, com pouco suporte para as crianças. Não tinha uma boa infraestrutura, escasso de recursos didáticos. Nós que tínhamos que levar, comprar com o dinheiro do bolso. Tínhamos muito pouco apoio da gestão pedagógica. Só sabiam cobrar, exigir o nosso máximo mas nunca viam nosso Léo como educadoras. Nunca fomos reconhecidos pelo nosso trabalho, salário bem inferior que a rede municipal e a cobrança era em dobro.
Participante 27, auxiliar de educação	Daria nota 7/10, acredito que o ponto principal a ser alterado seria os espaços livres como parque ou área com sol.
Participante 28, auxiliar de educação	Condições nada agradáveis o que tornava trabalhável era a união da equipe..pois a gestão infelizmente era omissa
Participante 29, auxiliar de educação	Incrivelmente rico, a infraestrutura é pensada para atender todas as necessidades das crianças, tem inúmeros recursos disponíveis, são 14 crianças por sala com 3 adultos responsáveis (mais um volante), as demandas são de acordo com o exigido do trabalho e é um bom salário.
Participante 30, estagiária(o)	Em escola particular, geralmente, a estrutura é melhor, o número de alunos por sala é menor, possui mais recursos... porém o salário é (bem) menor que da rede pública
Participante 31, professora	Infraestrutura razoável, recursos precários, número alto de alunos, carga horária dentro do recomendado, demandas altas e desgastes para o salário desvalorizado (baixíssimo)
Participante 32, estagiária (o)	A infraestrutura era boa, existiam uma grande quantidade e diversidade nos recursos didáticos, a turma era de quinze alunos então era adequada, a carga horária era um pouco cansativo mas era boa, existiam muitas demandas diárias que eram cobradas assim deixando o processo de desenvolvimento exaustivo, pode se dizer que o apoio pedagógico era de qualidade, já o salário entorno de oitocentos a novecentos reais era baixo e desvalorizava todo o trabalho

Participante 33, estagiária (o)	Os recursos eram limitados, dependendo da professora levar, com turmas muito grandes para a quantidade de recursos e funcionários. As escolas não estão preparadas para a quantidade de alunos que recebem e não dão suporte aos funcionários para não perdê-los, resultando na sobrecarga dos que ficam e na constante rotação de funcionários.
Participante 34, auxiliar de educação	Trabalhei como auxiliar "responsável de sala", mas não queriam me registrar como professora. O ensino era apostilado desde o berçário. Na minha sala havia 20 crianças de 4 anos, era cobrado que tivéssemos atividades fora de sala, que fossem construtivistas, mas também queriam a apostila feita, ou seja, a escola também não sabia em qual viés se apoiava. A carga horária era exaustiva, sempre estava cansada e não tinha tempo para nada que não fosse o trabalho, o salário era um pouco a mais que o salário mínimo. Não havia apoio pedagógico, pois não havia coordenador na escola, todo o tempo que estive lá eles estavam em processo de contratar alguém, a única pessoa disponível para conversar era a diretora/mantenedora da escola que não é da área da Educação.
Participante 35, estagiária (o)	
Participante 36, professora	Salário abaixo do mercado, pouco apoio pedagógico e carga horária estendida
Participante 37, professora	Condições bem precárias; por ser uma escola nova (menos de 1 ano de inauguração) são muito desorganizados, falta material básico, como papel higiênico, banheiros... apesar de falarem que temos apoio quando precisar, na prática não temos nada!
Participante 38, professora	Hoje na rede pública sinto falta de recursos. Quando estava na rede privada sentia que havia muita demanda e pouquíssima valorização. Além da pressão em agradar aos pais.

II- As condições do seu trabalho influenciam ou já influenciaram a sua relação com as crianças em sala de aula? Se possível, cite exemplos.

Identificação dos participantes	Respostas
Participante 1, estagiária (o)	Sim, muito.
Participante 2, estagiária(o)	Com um número alto de crianças na sala, fica

	difícil atuar de maneira adequada, dando a atenção individual que essas crianças precisam.
Participante 3, auxiliar de educação	Já e muito. Em outros ambientes em que trabalhei, questões como o salário, a má gestão e organização da equipe, a falta de suporte da coordenadora afetou e muito minha relação com o meu trabalho diário com as crianças. Estes são os motivos, por exemplo, que me fizeram buscar novas oportunidades e iniciar um novo cargo em outra instituição. Afinal, apenas o trabalho diário com as crianças, embora envolva até mesmo as questões emocionais e afetivas, ainda não são suficientes para manter os empregados felizes e realizados em suas funções, principalmente quando falta incentivo e cuidado com eles.
Participante 4, auxiliar de educação	Sim. Todos esses aspectos acabam sobrecarregando nós educadoras, que em algumas situações acabamos por ficar irritadas em sala de aula ou "descontar" o estresse nas crianças. Falo em "descontar" nesse sentido não em agredir a criança ou algo do tipo, mas sim em não agir da melhor maneira possível em situações de conflito do dia a dia escolar.
Participante 5, auxiliar de educação	Sim onde não poderia realizar atividades por falta de estagiária na sala
Participante 6, estagiária(o)	Sim, o estresse acaba passando para as crianças
Participante 7, estagiária (o)	Sim, professora má capacitada me gerando ansiedade e sobrecarga
Participante 8, auxiliar de educação	
Participante 9, estagiária (o)	Não.
Participante 10, estagiária (o)	Influenciam.
Participante 11, auxiliar de educação	Falta de apoio. Muito se fala das crianças, mas no final ninguém cuida de quem cuida. Quantas vezes estamos exaustas pelas quantidades de crianças por sala (14/17) todo o dia, além disso, não temos apoio e incentivo. Ainda mais quando você é recém formada, eu sinto que elas simplesmente ignoram, como se fossem uma recém formada.
Participante 12, professora	Sim, não tendo tanto prazer em fazer o que se ama.
Participante 13, auxiliar de educação	Não
Participante 14, auxiliar de educação	Acredito que sim, devido a falta de apoio pedagógico muita das vezes ficava pela visão da professora, já vivenciei momentos da qual não concordei com a postura da professora, porém eu não tinha como interferir porque era nova no trabalho e a professora não dava abertura para

	críticas ou opiniões além da dela. Sem o apoio pedagógico estando no lugar de auxiliar, ficamos sem alternativas.
Participante 15, auxiliar de educação	Sim, infraestrutura e material de apoio inadequados.
Participante 16, estagiária (o)	Com certeza, um ambiente que seja harmônico, funcional e de fato efetivo tendo uma estrutura, materiais e profissionais de qualidade, torna a relação com os discentes mais leve.
Participante 17, estagiária (o)	Ajudar a resolver
Participante 18, estagiária (o)	
Participante 19, Professora	Sim, pra se fazer um bom trabalho, o ambiente precisa ser favorável, pressão e cobrança fazem parte do ambiente da escola privada, infelizmente.
Participante 20, auxiliar de educação	Sim. Em uma sala desproporcional alunos por adulto, como ter uma atividade dirigida, contação de história ou mesmo pedagógico com qualidade? A conta não fecha.
Participante 21, professora	Não, mas com certeza influencia para planejar a aula
Participante 22, professora	Sim, como trabalho o dia todo para ter um salário melhor, às vezes me sinto cansada e não dou o meu melhor.
Participante 23, estagiária (o)	sim, quando a relação com a professora não era boa e com os alunos Sim. Dessa forma a professora acabava sendo rígida com os estudantes e comigo, assim sendo um trabalho exaustivo.
Participante 24, estagiária (o)	
Participante 25, estagiária (o)	Quanto mais ambientes próprios para levar as crianças, mais eles se acalmam
Participante 26, auxiliar de educação	Sim, pois tinha dias que não tinha local adequado para montar espaços para fazer proposta, não tinha nem o Mateo básico para trabalhar.
Participante 27, auxiliar de educação	Acredito que não pois busco maneiras de que o que está faltando não seja perceptível durante a aula
Participante 28, auxiliar de educação	Nunca influenciou.
Participante 29, auxiliar de educação	Sim. Num ambiente onde eram 17 crianças de 3 anos, duas responsáveis (onde uma estava sempre ausente) carregando uma demanda gigantesca por um salário menor que o mínimo, não havia vontade nenhuma de dar o meu melhor e trabalhar bem.
Participante 30, estagiária(o)	Sim, muitas vezes a gente se sente desmotivado e

	não oferecemos nosso melhor por não acharmos que estamos sendo pagos o suficiente
Participante 31, professora	Sim! Conflitos por falta de recursos e pela diversidade deles (as crianças ficam realmente estressadas) alta rotatividade de auxiliares e estagiários, causando estranheza das crianças e contribuindo para a dificuldade de adaptação!
Participante 32, estagiária(o)	Sim, por conta das demandas diárias obrigatórias da rotina que eram cobradas, a relação com as crianças muitas vezes era limitada, de pressão.
Participante 33, estagiária(o)	Sim, muitas vezes o esgotamento acaba contribuindo para a perda de paciência e a falta de sensibilidade, comunicação, afeto em sala. Já briguei feio com uma criança que aprontou, por eu estar extremamente esgotada e sendo cobrada sem suporte e sem estrutura para as demandas, fazendo com que a criança chorasse, me senti muito culpada quando ocorreu, pedi mil desculpas, mas ainda hoje tem dias que noto um certo mau humor quando há muitas demandas e pouco suporte.
Participante 34, auxiliar de educação	Sim, às vezes sentia que eu estava exausta demais para dar minha melhor versão para as crianças, não queria brincar com elas e dar minha melhor versão. Lembro de ter chorado várias vezes pensando que eu poderia fazer melhor.
Participante 35, estagiária (o)	
Participante 36, professora	Não.
Participante 37, professora	Sim, às vezes sentia que eu estava exausta demais para dar minha melhor versão para as crianças, não queria brincar com elas e dar minha melhor versão. Lembro de ter chorado várias vezes pensando que eu poderia fazer melhor.
Participante 38, professora	Não

III- Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nas condições de trabalho na educação infantil na rede privada de ensino?

Identificação do participante	Resposta
Participante 1, estagiária (o)	Investimento na contratação de mais profissionais, incentivo à formação continuada em horário de trabalho e apoio psicológico para docentes e crianças, pelo menos semanal.
Participante 2, estagiária(o)	Aumento do número de professoras e estagiários,

	manutenção da infraestrutura e apoio para saúde mental, para alunos e professoras.
Participante 3, auxiliar de educação	Diversas coisas. Principalmente o salário, os benefícios, a gestão pedagógica.
Participante 4, auxiliar de educação	Aumentar o piso salarial das educadoras no geral e melhorar a infraestrutura das escolas.
Participante 5, auxiliar de educação	Muita coisa menos portfólio fotos relatórios etc
Participante 6, estagiária(o)	A organização da quantidade de crianças por sala de acordo com os funcionários
Participante 7, estagiária (o)	A gestão ter um olhar mais atento com as reclamações e com o bem estar de seus alunos
Participante 8, auxiliar de educação	Muitas escolas privadas já na educação infantil iniciam o processo de alfabetização, ao ouvir alguns relatos percebe-se que se tem uma cobrança muito grande logo cedo nessas crianças, quando na verdade era para eles estarem brincando.
Participante 9, estagiária (o)	Valorização de quem atua nas idades iniciais. Relatei boas condições, mas as professoras da creche são contratadas como auxiliares, sem perspectiva do reconhecimento de sua atuação.
Participante 10, estagiária (o)	Acho que está tudo certo.
Participante 11, auxiliar de educação	Compaixão, respeito e dignidade
Participante 12, professora	Carga reduzida, trabalho pedagógico para planejamentos
Participante 13, auxiliar de educação	
Participante 14, auxiliar de educação	Muitas coisas, mas a maior delas é tratar o educador de escola privada com respeito, uma coisa que senti nas duas instituições que já trabalhei foi o como veem o educador como alguém substituível, já estive em uma turma que em torno de 3 meses, mudaram a professora, e trocaram a outra auxiliar 3 vezes, demitindo e contratando outra, lembro que no cenário eu era o rosto mais conhecido, o que acabou por afastar as crianças dos demais, me deixava muito mais cansada pq eu acabava por fazer mais o papel da professora do que ela, ganhando muito menos. Nas redes privadas falta o olhar pedagógico, o respeito com o processo da criança, querem que tudo seja muito rápido pra criança atingir níveis muito altos em pouco tempo.
Participante 15, auxiliar de educação	Focar em melhorar o sistema de alfabetização, afinal o Brasil é o último país que as crianças estão sendo alfabetizadas

Participante 16, estagiária (o)	Melhores infraestrutura para banho, hora do sono, produtos e materiais didáticos de qualidade, professores mais capacitados e maior número de funcionárias por sala, no mínimo 3 auxiliares.
Participante 17, estagiária (o)	
Participante 18, estagiária (o)	A coordenação da escola que pouco fala, não tem muitas informações para os professores e a gente tem que tirar as informações.
Participante 19, Professora	Menos tradicionalismo, mais liberdade de trabalho docente e protagonismo das crianças, fundamentados no brincar, desenvolvendo aspectos sociais, motores e cognitivos.
Participante 20, auxiliar de educação	Contratação de profissionais adequados e capacitados para esse atendimento. E um número de crianças proporcional dentro da nossa realidade
Participante 21, professora	Infraestrutura da escola, material escolar de qualidade, melhores salários para equipe da educação bem como cursos de aprimoramento
Participante 22, professora	O salário.
Participante 23, estagiária (o)	Respeito entre os funcionários (onde algumas vezes um acha que quer roubar o lugar do outro); A colaboração do professor com o estágio/auxiliar; O salário.
Participante 24, estagiária (o)	
Participante 25, estagiária (o)	Pensar mais na criança e não no lucro e no instagram
Participante 26, auxiliar de educação	Muitas coisas, umas delas é a valorização do professor.
Participante 27, auxiliar de educação	Agir de ser humano para ser humano e não de empresa para cliente, atividades realmente para crianças e mais afetividade.
Participante 28, auxiliar de educação	Poderia se ter um olhar diferente ao psicológico do educador.
Participante 29, auxiliar de educação	Valorização dos profissionais, comunicação não violenta, humanizar o tratamento entre funcionários.
Participante 30, estagiária(o)	O salário é o apoio aos professores, visto que os pais são tratados que nem clientes e dificilmente vão ser contrariados
Participante 31, professora	Melhor remuneração para toda a equipe escolar, ampliação do quadro de funcionários, aquisição de recursos novos, melhora na infraestrutura como parque e salas de aula!
Participante 32, estagiária(o)	Dar mais espaço para o brincar, sem pressão para o ensino e aprendizagem da criança.

	O salário do educador deveria ser maior
Participante 33, estagiária(o)	Vejo que muitas tentam vender uma imagem que não condiz com as condições que a escola tem a oferecer. Promover uma propaganda de autonomia da criança ou diversas metodologias pedagógicas não isenta a responsabilidade de recursos. Cabe à escola promover uma metodologia condizente com as condições que propõe
Participante 34, auxiliar de educação	Praticamente tudo, ouvindo relatos de colegas da profissão eu vejo que a maioria das escolas particulares quer muito trabalho, com muita carga horária e o salário baixo.
Participante 35, estagiária (o)	
Participante 36, professora	Carga horária é salário
Participante 37, professora	Melhores leis para regulamentar, e MUITA fiscalização, várias escolas estão abertas sem o mínimo de estrutura para atuar.
Participante 38, professora	Se deixassem de enxergar o profissional como descartável (principalmente em instituições pequenas) e passasse a tratá-los com mais valorização e de forma ética já melhorava bastante.

IV -Para você, qual o maior desafio da educação infantil em escolas particulares nos dias de hoje?

Identificação do participante	Resposta
Participante 1, estagiária (o)	O número excessivo de alunos por docente e cuidadoras.
Participante 2, estagiária(o)	O número excessivo de alunos por sala.
Participante 3, auxiliar de educação	Além de lidar com a gestão, os pais dos alunos e as questões que os alunos têm trazido de casa, por exemplo: vício em tela, questões afetivas, etc.
Participante 4, auxiliar de educação	Além de lidarmos com a desvalorização do piso salarial que acaba nos desmotivando, para mim a ideia de oferecer uma educação "perfeita" nas redes privada é muito desgastante. As escolas privadas querem que mordidas, machucados e conflitos não aconteçam, mas isso é comum devido a faixa etária que estamos lidando.
Participante 5, auxiliar de educação	Relacionamento com os pais
Participante 6, estagiária(o)	superlotação, baixa valorização, baixo reconhecimento
Participante 7, estagiária (o)	O salário

Participante 8, auxiliar de educação	Se reinventar em propostas e metodologias, pois as crianças de hoje estão muito viciadas em telas o que dificulta nosso trabalho em prender atenção deles.
Participante 9, estagiária (o)	Conseguir trazer sua própria abordagem dos temas trabalhados por ter que seguir o planejamento da escola à risca. Além disso, algo muito presente na rede privada é o sistema apostilado. Meus alunos de 2-3 anos já precisam fazer essas atividades e como funcionária não há o que fazer para desacelerar esse processo.
Participante 10, estagiária (o)	Alguns tipos de professores.
Participante 11, auxiliar de educação	Falta de espaço, salário e o reconhecimento com os funcionários
Participante 12, professora	Manter uma boa relação entre a equipe docente
Participante 13, auxiliar de educação	
Participante 14, auxiliar de educação	Eu acredito que a educação privada e a educação pública tem seus desafios diferentes, porém um desafio em comum mas de âmbitos diferentes o respeitar a criança no seu processo, dar a ela o que ela precisa, seja tempo ou recursos, em ambos sempre falta algo.
Participante 15, auxiliar de educação	O respeito das crianças e a metodologia de ensino está muito fraca, a alfabetização está acontecendo muito tarde além da idade que deveriam estar alfabetizadas, isso vem da metodologia e material didático desde o primeiro contato na escola.
Participante 16, estagiária (o)	Infelizmente a falta de investimento e políticas públicas que sejam efetivas.
Participante 17, estagiária (o)	
Participante 18, estagiária (o)	Os pais.
Participante 19, Professora	As famílias e as telas, muitas vezes prestam um grande desserviço ao desenvolvimento das crianças, família e escola precisam ser parceiras.
Participante 20, auxiliar de educação	Fazer todos entenderem que creche não é depósito de criança.
Participante 21, professora	Sala numerosa
Participante 22, professora	As famílias.
Participante 23, estagiária (o)	A educação das crianças e também as crianças que são laudadas. A educação no quesito que muitas vezes eles faltam com respeito, por acreditarem que mandam e desmandam nos adultos ou colegas. E trabalhar sem apoio pedagógico com alunos que possuem laudo.
Participante 24, estagiária (o)	

Participante 25, estagiária (o)	Crianças carentes mas ao mesmo tempo sem limites
Participante 26, auxiliar de educação	Os pais, pois eles acham que por estar pagando a escola deve acatar todas as suas exigências.
Participante 27, auxiliar de educação	Alunos atípicos sem acompanhamento profissional.
Participante 28, auxiliar de educação	A família do aluno
Participante 29, auxiliar de educação	Ser exemplo o tempo todo para tudo.
Participante 30, estagiária(o)	Desvalorização do professor e da Educação em si
Participante 31, professora	Lidar com as altas expectativas da parte da gestão e famílias, tendo pouco apoio e recursos para isso!
Participante 32, estagiária(o)	Geralmente a carga horária dos educadores que dobram turnos e a pressão para que a criança acompanhe aprendizagem antecipada e desnecessária para determinada faixa etária
Participante 33, estagiária(o)	A falta de limites que a gestão impõe aos pais, deixando-os com muita liberdade
Participante 34, auxiliar de educação	Desvalorização dos docentes, a maioria quer que a gente assuma como auxiliar e fique responsável pela sala.
Participante 35, estagiária (o)	
Participante 36, professora	Pais que cobram demais e escola com pouca infraestrutura
Participante 37, professora	A falta de seriedade, de acharem que qualquer pessoa pode entrar na educação infantil e dar aula, pois é só “brincar e trocar fralda”, mas não realidade vai muito além, é necessário pesquisa e dedicação
Participante 38, professora	Da minha experiência, o maior desafio foi deixar de fazer pensando no que os pais verão (salas decoradas, atividades esteticamente bonitas mas que teve pouco contato da criança em si) e focar mais no que é importante pra criança. Além da falta de ética das gestões, que geralmente colocam professoras com registro de auxiliar, pagam um salário muito abaixo do piso, etc.

V- Gostaria de expressar algo ou alguma experiência que acredite ser relevante para a pesquisa? Por favor, digite aqui

Identificação do participante	Resposta
Participante 1, estagiária(o)	Parabéns pela pesquisa!
Participante 2, estagiária(o)	Ótima pesquisa!
Participante 4, auxiliar de educação	Já trabalhei em escolas que tinham problemas

	sanitários e que ofereciam perigo à saúde das crianças. Era comum que ratos entrassem a noite na cozinha da escola e comessem os alimentos da dispensa, esses alimentos eram oferecidos para as crianças ao longo das refeições do dia.
Participante 5, auxiliar de educação	Acredito que a relação escola e família na rede privada desgasta demais o professor onde é vendido pros pais que os filhos são únicos em sala de aula quando q nos bastidores a realidade é muito diferente o que e vendido não é o mesmo que a escola proporciona
Participante 9, estagiária(o)	Não.
Participante 10, estagiária(o)	Não
Participante 11, auxiliar de educação	Acho que até falei demais
Participante 15, auxiliar de educação	Cada vez se contrata menos professores e aumenta mais o número de auxiliares e estagiárias, muitas vezes fazendo o papel do professor.
Participante 16, estagiária(o)	Experiência pessoal não, porém meu desejo pessoal é que a educação no Brasil seja um tema mais considerado relevante e que os investimentos de fato sejam feitos e adquiridos dentro do ensino público.
Participante 19, professora	A neurociência está aí para ajudar e facilitar o trabalho docente, àqueles que pesquisam e entendem o cérebro da criança, desenvolvem um excelente trabalho na Educação Infantil, sem pular etapas e adiantar conteúdos desnecessários para o desenvolvimento dos pequenos.
Participante 22, professora	Não.
Participante 29, auxiliar de educação	Tive diversas experiências, boas e ruins, mas minha convicção não mudou mesmo após isso, acredito ainda mais como a educação pode ser transformadora, principalmente na primeira infância.
Participante 30, estagiária(o)	Cobrança do estagiário como se fosse um contratado efetivo
Participante 32, estagiária(o)	Não
Participante 37, professora	Não
Participante 38, professora	Não